

**VALERIA DE MARCOS  
JOÃO EDMILSON FABRINI**

**OS CAMPONESES E A PRÁXIS  
DA PRODUÇÃO COLETIVA**

1ª edição  
Editora Expressão Popular  
São Paulo – 2010

## CAPÍTULO I

# MARXISMO, ANARQUISMO E A CONSTRUÇÃO DA PRÁXIS (CAMPONESA) DA PRODUÇÃO COLETIVA

### 1. O MARXISMO E AS QUESTÕES AGRÁRIA E CAMPONESA

Em primeiro lugar, é preciso ter em mente que a questão agrária no marxismo é normalmente compreendida sob um duplo olhar: de um lado, como análise das relações de propriedade e de produção vigentes na agricultura, cuja forma de funcionamento se dá de modo diferente da indústria, mas que está, igualmente, sujeita a leis que determinam seu desenvolvimento; de outro, como análise da questão camponesa, em especial da estrutura social (Hegedüs, 1984). Importante salientar também que, na ótica marxista, os camponeses são vistos, na maior parte dos casos, como uma classe em transição:

[...] por um lado, no sentido histórico da transitoriedade – ou seja, os camponeses são uma formação econômico-social já desaparecida no Ocidente, o elemento criador do feudalismo, mas continuam a existir também no capitalismo –; por outro, no sentido estrutural da transitoriedade, isto é, os camponeses constituem uma classe de transição entre as duas classes fundamentais do capitalismo, a classe operária e a dos capitalistas (Hegedüs, 1984, p. 149).

Para Hegedüs (1984), essa duplicidade de compreensão da questão agrária avançou e se consolidou no marxismo à custa de muitas contradições e contravérsias, estando sua formulação indissolúvelmente ligada à história das tendências que se formaram no quadro do socialismo, em especial daquele europeu.

Os primeiros esforços de compreensão da questão agrária e camponesa foram feitos pelo próprio Marx quando, ainda no primeiro período de sua vida, realizou um estudo sobre a situação de miséria dos viticultores de Mosella, ocasião em que assumiu a defesa dos camponeses, exigindo do governo providências urgentes para solucionar o problema<sup>1</sup>. Anos mais tarde, em 1848, a questão camponesa se lhe reapresenta, ainda que de forma bem diversa, ligada à revolução na Alemanha e na França. Movido pela precipitação dos acontecimen-

---

<sup>1</sup> O estudo foi feito quando ele era redator da *Rheinische Zeitung*. Inicialmente foram previstos cinco artigos, mas, após a censura proibir o terceiro, Marx desistiu de escrever os demais (Hegedüs, 1984).

tos de 1848<sup>2</sup>, escreveu com Engels as *Reivindicações do Partido Comunista na Alemanha*, no qual foi formulado o programa camponês, cujas resoluções mais importantes diziam respeito à abolição dos direitos feudais (imposições, taxas, etc.); à transformação das propriedades feudais em propriedades do Estado, a serem exploradas por meio de uma agricultura de larga escala; e à transformação das hipotecas sobre as terras camponesas e dos arrendamentos também em propriedades do Estado, que passaria a receber, a partir de então, os juros sobre as hipotecas dos camponeses e os tributos dos arrendamentos (Hegedüs, 1984). O fracasso da revolução de 1848, porém, fez com que Marx revisse sua forma

<sup>2</sup> Para entender o que ocorre em 1848, é preciso entender o período compreendido entre 1789, ano da Revolução Francesa, e 1848, ano da esperada revolução social, classificado por Hobsbawm (1997) como uma era de superlativos. A superfície conhecida, mapeada e em comunicação entre si, assim como a população mundial, eram maiores do que nunca. A ciência progredia, as invenções revolucionavam o mundo e o conhecimento era amplamente difundido em um número de publicações, entre jornais e livros, antes nunca visto. Todos esses triunfos, porém, traziam seu lado obscuro: a revolução industrial havia transformado o mundo em um lugar inseguro, com muita pobreza, e as condições de vida dos trabalhadores não haviam melhorado, sendo, em alguns locais, ainda piores do que antes. A revolução de 1830 tinha introduzido, nos principais Estados da Europa Ocidental, constituições burguesas moderadamente liberais (antidemocráticas, mas igualmente antiaristocráticas). No que se refere à estrutura política e social, na década de 1840, a maior parte da população era formada por camponeses, ainda que, em algumas áreas, a agricultura fosse atividade de poucos e a população urbana começasse a superar a rural. Existiam menos escravos do que antes, mas, em alguns locais – como Brasil e EUA –, a escravidão ainda crescia. A servidão da gleba estava em declínio, mas as melhorias nas condições econômicas dos trabalhadores rurais eram irrelevantes. No outro extremo da pirâmide, a situação da nobreza pouco havia mudado, sendo ela ainda concentradora de muita riqueza. Os defensores do progresso atribuíam tal situação aos obstáculos que a velha sociedade impunha à livre iniciativa. Os novos socialistas a atribuíam à forma de condução da nova sociedade. Fato é que todas essas mudanças culminaram na década de 1840, quando se gerou uma situação de desequilíbrio para o mundo até então conhecido, com possibilidades de mudanças nos âmbitos econômico, técnico e social sem precedentes. Era inevitável que, mais cedo ou mais tarde, a servidão da gleba e a escravidão desaparecessem por completo, que a Grã-Bretanha deixasse de ser o único país industrializado, que as oligarquias e monarquias absolutas capitulassem em todos os países onde uma forte burguesia nascesse e, o mais importante, que a difusão de uma consciência política e de uma atividade política permanente das massas, a grande herança da Revolução Francesa, devesse, mais cedo ou mais tarde, se transformar na tomada de parte oficial na política (Hobsbawm, 1997). Tudo isso contribuía a fazer crescer, em toda a Europa, a consciência de uma eminente revolução social entre todos os segmentos da sociedade, e isto porque a crise do que restava da velha sociedade parecia coincidir com a crise da nova. Diante da capacidade das indústrias de produzir cada vez mais mercadorias por meio de métodos cada vez mais revolucionários, os industriais temiam o colapso da economia, enquanto as massas, submetidas a uma situação de miserabilidade cada vez maior, eram levadas sem hesitação à revolução social, sendo este o fantasma do comunismo que assolava toda a Europa: o terror do proletariado (Hobsbawm, 1997).

de compreender a questão camponesa, passando a tecer sérias críticas aos camponeses que não se levantaram na França em 1848, concluindo que “[...] no Ocidente, a classe camponesa não mais pode ser uma força revolucionária autônoma, ainda que a classe operária tenha necessidade de que os camponeses a apoiem e a aceitem como seu aliado natural e guia” (Hegedüs, 1984, p. 152)<sup>3</sup>.

Após esses acontecimentos, Marx passou a se ocupar cada vez mais do problema agrário em sentido estrito, por meio da especificação das leis de movimento e desenvolvimento da agricultura. Foi em decorrência desses estudos que ele elaborou sua teoria da renda fundiária, que forneceu, sobretudo a partir da tese da renda fundiária absoluta<sup>4</sup>, uma base teórica sólida para uma das reivindicações fundamentais dos programas agrários socialistas: a nacionalização da propriedade fundiária<sup>5</sup>.

<sup>3</sup> Como forma de recompensar os camponeses que lutaram na Revolução Francesa, foram abolidos, sem indenização, todos os direitos feudais no período de 1789 a 1793, sendo as terras divididas em pequenas unidades de produção e distribuídas aos camponeses. Marx, em um primeiro momento, criticou os alemães por não terem feito o mesmo em 1848, mas, diante do fato de os camponeses franceses não terem pegado em armas para auxiliar na revolução de 1848, reviu sua posição e passou, então, a tecer duras críticas à classe camponesa.

<sup>4</sup> Renda da terra absoluta é aquela obtida a partir do monopólio sobre a propriedade da terra por uma classe ou fração de classe. É a renda auferida por todo capitalista que coloca suas terras para produzir, por meio da elevação dos preços dos produtos no mercado, pelo arrendamento ou pela venda das terras. Esse tipo de renda desapareceria com a nacionalização das terras. Os demais tipos de renda fundiária diferencial (tipo I, por fertilidade natural do solo e localização do terreno em relação ao mercado, e tipo II, por investimento de capital no processo produtivo) são considerados por Marx “como o fenômeno cuja existência e conservação constituem uma das principais garantias do dinamismo do desenvolvimento da produção agrícola” (Hegedüs, 1984, p. 152). Tal concepção, porém, partia da hipótese de que, na produção agrícola, reinavam as relações de mercado, o que, se era verdadeiro na maior parte da Europa Ocidental, não o era para a Europa Oriental.

<sup>5</sup> Nesse mesmo período, Marx se dedicou também à enunciação da lei de concentração de capital, que, embora não fosse específica para a agricultura, era válida também para ela, ainda que não integralmente. Essa lei trata da superioridade da grande unidade produtiva, levando ao extremo a contradição capital-trabalho. Considera, de um lado, que os operários concentrados nas grandes unidades produtivas adquiririam um amplo nível de organização, transformando-se na base segura para a revolução, e, de outro, que a existência das grandes unidades produtivas permitiria a liquidação da propriedade privada do capital e a gestão racional de toda a economia por meio das “livres associações de produtores” (Hegedüs, 1984). A questão é que, embora a grande unidade produtiva agrícola, trabalhada por meio de relações capitalistas de produção, fosse uma realidade nos campos ingleses, o mesmo não podia ser dito de outras áreas como a França, onde predominava a parcelarização das terras em pequenas unidades camponesas de produção; ou a Prússia, onde predominavam os *Junkers*, proprietários de média grandeza que colocavam suas terras para produzir por meio de relações semifeudais; ou, ainda, a Rússia, onde ainda existiam as comunidades de aldeia (*mir*). Marx, porém, não duvidava de que na agricultura, pelo menos na Europa Ocidental, prevaleceriam as relações capitalistas de produção e a

Diante da organização dos movimentos operários em partidos, já nos anos seguintes à fundação da Primeira Internacional (1864), a questão camponesa e a questão agrária rapidamente saíram do plano teórico para tornarem-se elementos constitutivos dos programas socialistas. Duas respostas precisavam ser encontradas: 1. o que aconteceria com a propriedade da terra após a revolução socialista, tendo em vista o importante papel desempenhado pelas propriedades camponesas na maior parte dos países; e 2. como se daria a organização da produção na agricultura, uma vez que, na maior parte dos países, a grande unidade de produção tampouco era ainda uma realidade.

A polêmica em torno do programa agrário iniciou-se durante a Conferência de Londres da I Internacional. Naquela ocasião, os marxistas, partindo da abordagem tradicional (ortodoxa), relativa à

[...] necessidade e eficácia da concentração do capital agrícola, exigiam a nacionalização da terra e a formação de grandes unidades produtivas. [...] A [eles] se opuseram, com um ponto de vista relativamente unitário, os proudhonianos [...] que defendiam a propriedade privada das terras camponesas e nela viam a garantia da liberdade individual (Hegedüs, 1984, p. 155)<sup>6</sup>.

Além da questão da racionalidade econômica, entravam também os valores humanos e sociais nessa polêmica. Os marxistas atacavam a produção camponesa não só por sua baixa eficácia, mas também por colocarem em dúvida o produto ético e espiritual que gerava (Hegedüs, 1984). Em oposição a essa compreensão, e diante da crise moral cada vez mais evidente gerada pelo desenvolvimento do capitalismo, muitos pensadores, não só os proudhonianos, consideravam ideal a forma de vida camponesa, argumentando que a produção do mesmo tipo de gênero agrícola com maior esforço pelo camponês, em relação à produção capitalista (o que equivalia a um maior custo de produção), era compensada pelos altos valores morais daquela forma de vida. Marx e os marxistas consideravam esse um pensamento pequeno-burguês, que levava a um antica-

---

concentração de capital em grandes unidades produtivas, o que faria da questão agrária algo de mais fácil solução para a revolução socialista.

<sup>6</sup> Essa polêmica se seguiu por mais dois anos, em 1866, no I Congresso da Internacional, ocorrido em Genebra, e em 1867, no II Congresso, realizado em Lausanne. Os marxistas eram apoiados pelas delegações inglesa, alemã e belga, e tinham em Eccarius, Lessner e Stumpf seus principais representantes. Os proudhonianos eram apoiados pelos franceses e italianos, e tinham em Longuet e Tolain seus principais expoentes (Hegedüs, 1984). Vale destacar que a propriedade privada camponesa defendida por Proudhon era a que ele identificava como propriedade posse, ou seja, aquela extensa o suficiente para ser trabalhada exclusivamente pela família. Negava, porém, a propriedade domínio, aquela cuja extensão requeria, para sua exploração, a exploração da força de trabalho de terceiros. Proudhon defendia ainda a livre associação de produtores independentes, ideia que também foi comungada por Marx no início de suas elaborações.

pitalismo romântico. Para eles, a exigência da nacionalização das terras partia do pressuposto ético de que os terrenos cultiváveis deveriam pertencer a toda a humanidade, sendo a renda fundiária absoluta, portanto, algo imoral.

A polêmica se acirrou e, diante da impossibilidade de compromisso entre as duas compreensões, durante o Congresso de Bruxelas de 1868, a questão foi votada, tendo sido a disputa concluída com a vitória dos marxistas e a consequente adoção de seu ponto de vista sobre a questão da propriedade da terra e do modo de produção socialista. O Congresso alinhou-se também em favor da gestão em larga escala:

[...] no tocante às formas que deveriam assumir os grandes estabelecimentos – embora se pronuncie substancialmente a favor das cooperativas de trabalhadores estatais e agrícolas –, não exclui a possibilidade de serem as terras cultivadas pelas comunidades locais e, transitoriamente, considera admissível também a forma do arrendamento privado (Hegedüs, 1984, p. 156)<sup>7</sup>.

Segundo Hegedüs (1984), a visão de “linha dura” com a qual a questão agrária era tratada – a tese da superioridade da grande unidade produtiva e o inevitável desaparecimento do campesinato – durou até o início da década de 1890, quando os partidos socialistas da Europa Ocidental puderam eleger representan-

<sup>7</sup> O programa agrário, enunciado na chamada “Proclamação de Genebra”, previa a formação espontânea de cooperativas de produção agrícola pelos camponeses ou por trabalhadores rurais, neste último caso reivindicando as terras das comunas, do Estado e da Igreja, e realizando a gestão econômica com base em organizações democráticas. Vale destacar que nem Marx nem Engels participaram da elaboração dessas resoluções. Foi Eccarius aquele a desempenhar participação ativa nesse processo. Suas concepções sobre a questão camponesa, segundo Hegedüs (1984), marcaram o pensamento marxista em uma espécie de “linha dura”. Para Eccarius, a pequena propriedade camponesa era a agricultura do passado. Ela pertencia a uma formação social em que as necessidades eram garantidas basicamente pelos produtos da terra, sendo sua produção praticamente voltada ao consumo da própria família e da comunidade, ao passo que a agricultura de vasta escala era aquela capaz de produzir alimentos e matérias-primas para a população industrial. Eccarius, a partir de experiências pessoais relativas à vida camponesa, em especial à miséria constante, o trabalho pesado e o nível de vida desumanamente baixo do camponês, considerava como única saída possível a transformação do camponês em operário industrial. Tal compreensão era reforçada por Marx, para quem a economia camponesa estava condenada à ruína, podendo “manter-se somente com a barbárie, o trabalho excedente desumano e a contenção do nível dos consumos” (Hegedüs, 1984, p. 157). Em 1870, foi a vez de Liebknecht fazer suas considerações sobre o tema, enunciando dois princípios que teriam influenciado fortemente a planificação das transformações sociais nos países da Europa Oriental: 1. a tarefa das administrações locais das aldeias em realizar a condução gradual da propriedade camponesa individual para a gestão em vasta escala e 2. a organização dos latifúndios estatais em fazendas-modelo para a sociedade do futuro (Hegedüs, 1984). Cf. Eccarius, G., *Eines Arbeiters Widerlegung der nationalökonomischen Lehre John Stuart Mills*, Berlin, 1869, e Liebknecht, W., *Zur Grund und Bodenfrage*, Leipzig, 1876.

tes para o Parlamento. Assim, o programa de Erfurt, de 1891, em cuja elaboração participou ativamente Kautsky, foi um dos últimos em que as teses ortodoxas relativas aos camponeses foram mantidas<sup>8</sup>. A partir de então, nas formulações dos programas agrários que começaram a se seguir, o camponês cada vez mais deixava de ser alguém externo à sociedade para se transformar em um cidadão-eleitor com interesse próprio. Prova disso é que no Congresso socialista de Frankfurt, de 1894, a questão agrária vem tratada em separado e as compreensões até então hegemônicas, defendidas por Eccarius, Liebknecht e Kautsky, são amplamente questionadas<sup>9</sup>. Nesse congresso, dois fatos merecem destaque a esse respeito: em primeiro lugar, o reconhecimento de que, em alguns setores, como no caso da viticultura e dos hortigranjeiros, a pequena unidade camponesa era mais eficiente do que o grande estabelecimento; e, em segundo, a constatação da diferença existente entre a grande propriedade capitalista e a dos *Junkers*.

Essa mudança na forma de compreender a questão agrária, e em especial aquela camponesa, foi vivenciada também por partidos socialistas operários de outros países da Europa Ocidental, entre eles a França. Foram essas mudanças que levaram Engels a escrever o ensaio *A questão camponesa na França e na Alemanha*, em 1894. Segundo Hegedüs (1984, p. 161),

Engels considera como centro do problema a formação [...] de um laço entre os partidos socialistas e os pequenos camponeses [...]. Indica também que este estrato central da camada camponesa é “o resíduo de um modo de produção desaparecido”, e que “o pequeno camponês é o proletário do futuro” [...] observando que [a] tarefa do socialismo é transformar em propriedade comum os meios de produção e transferi-los aos produtores [...]. Assim, as exigências do programa agrário esboçado nesse ensaio eram “a expropriação da grande propriedade agrícola e a transferência do trabalho agrícola para as cooperativas sob o controle da comunidade” (Hegedüs, 1984, p. 162).

Apesar do esforço de Engels, a polêmica sobre a impossibilidade de sobrevivência da propriedade camponesa voltou a acender-se no final dos anos de 1890, em função da análise dos dados estatísticos que demonstravam que a presença camponesa seguia aparentemente inabalada. Kautsky foi o primeiro a

<sup>8</sup> Kautsky considerava que o programa do partido socialista não poderia assumir a defesa dos camponeses. Para ele, que discordava de Marx quanto à possibilidade dos camponeses aceitarem os proletários como aliados naturais e guias, os camponeses proprietários que não se sentiam proletários não apenas não eram recuperáveis para a causa do proletariado, como pertenciam ao grupo de seus antagonistas mais perigosos.

<sup>9</sup> Após esse Congresso, foi constituída uma comissão agrária que chegou a propor que aos cultivadores com pouca terra fossem distribuídas mais terras, de modo a assegurar a reprodução da família. Essa ideia foi, porém, rejeitada no congresso sucessivo.

entrar nesse debate, ao concluir, em seu livro *A questão agrária*, a partir da análise dos dados estatísticos, que na agricultura verificava-se não só a concentração como também a parcelarização das terras, ainda que considerasse que esta última se desse principalmente nos lugares onde fosse possível se ter uma ocupação acessória fora da propriedade agrícola. A parcelarização era vista ainda por Kautsky, pois, como um fenômeno complementar ao da integração em cooperativas, verificando-se esporadicamente em lugar dele sem, porém, substituí-lo (Hegedüs, 1984). Em outras palavras, Kautsky, ainda que admitisse a presença camponesa, continuava a defender a impossibilidade de sua sobrevivência<sup>10</sup>.

Um olhar não sectário para a questão camponesa é aquele de Rosa Luxemburgo, cuja obra *A acumulação do capital*, marginalizada por muitos marxistas, é de fundamental importância para a compreensão da (re)criação camponesa no seio do capitalismo. Para ela, existia um limite na teoria marxista da acumulação do capital. Segundo a autora, considerada

[...] historicamente, a acumulação de capital é o processo de troca de elementos que se realiza entre os modos de produção capitalistas e os não capitalistas. Sem esses modos, a acumulação de capital não pode efetuar-se. [...] O que Marx adotou como hipótese de seu esquema de acumulação corresponde, portanto, somente à tendência histórica e objetiva do movimento acumulativo e ao respectivo resultado teórico final. O processo de acumulação tende sempre a substituir, onde quer que seja, a economia natural pela economia mercantil simples, e esta pela economia capitalista, levando a produção capitalista – como modo único e exclusivo de produção – ao domínio absoluto em todos os países e ramos produtivos.

E é nesse ponto que começa o impasse. Alcançado o resultado final – que continua sendo uma simples construção teórica –, a acumulação torna-se impossível: a realização e a capitalização da mais-valia transformam-se em tarefas insolúveis. No momento que o esquema marxista corresponde, na realidade, à reprodução ampliada, ele acusa o resultado, a barreira histórica do movimento de acumulação, ou seja, o fim da produção capitalista. A impossibilidade de haver acumulação significa, em termos capitalistas, a impossibilidade de um desenvolvimento posterior das forças produtivas e, com isso, a necessidade objetiva, histórica, do declínio do capitalismo (Luxemburgo, 1985, p. 285).

<sup>10</sup> Hegedüs (1984, pp. 165-6) informa que, em resposta a Kautsky, Eduard David teceu as seguintes considerações: 1. as leis e peculiaridades do processo de produção industrial não podem ser aplicadas à agricultura; 2. no que se refere à cooperação simples, o grande estabelecimento agrícola possui um custo mais alto de produção do que a pequena unidade de produção; 3. a pequena unidade camponesa consegue suportar com mais facilidade a periodicidade da produção agrícola, além de possuir despesas de manutenção mais baixas; 4. a máquina a vapor não exerce na agricultura o mesmo papel revolucionário que exerce na indústria; e 5. em função da crescente intensidade de produção, na agricultura, o problema não é de falta de trabalho, mas de falta de força de trabalho.

Assim, para continuar garantindo sua existência, sua expansão, e o processo contínuo de acumulação, o capital necessita, contraditoriamente, de relações não capitalistas de produção. Embora a tendência seja a de substituição da economia mercantil simples pela economia capitalista, para que o processo de acumulação primitiva continue se dando – e, com ele, para além da produção do capital, continue se dando a recriação da burguesia –, essa substituição nem sempre ocorrerá. Em outras palavras, para continuar garantindo a acumulação primitiva e a (re)criação da burguesia, é necessário continuar a garantir a existência de relações não capitalistas de produção, o que explicaria a permanência e a (re)criação camponesa no seio do capitalismo<sup>11</sup>.

Aos poucos o programa agrário do marxismo começou a ocupar-se também da situação da Europa Oriental, onde as comunidades de aldeia (*mir*) ainda eram uma realidade, o que levava a pensar na possibilidade de uma forma de desenvolvimento diferente da ocidental, ou seja, de que fosse possível chegar ao socialismo na Rússia sem ter que necessariamente passar pelo capitalismo. Aos poucos, porém, essa visão vai perdendo espaço para a compreensão de que também ali o capitalismo começava a se desenvolver. O trabalho de Lenin, *O desenvolvimento do capitalismo na Rússia*, só vem reforçar a compreensão de que também ali o desenvolvimento das relações agrárias procedia pela via capitalista. Apesar disso, a

[...] política agrária dos bolcheviques [...] seguindo a via do reconhecimento da importância das classes camponesas e da diferença entre Oriente e Ocidente, chegou à ideia da divisão da terra, ideia que, segundo a ortodoxia, era o pecado original de todo o programa agrário, realizando-a mais tarde também na prática. E é precisamente isto que oferece a explicação essencial dos sucessos obtidos no decorrer da Revolução de Outubro e, mais ainda, na guerra civil (Hegedüs, 1984, p. 170-1).

## 2. O DEBATE SOBRE A SOCIALIZAÇÃO NA ALEMANHA E NA ÁUSTRIA

De debate em debate, o mundo chegou – e passou – pela Primeira Guerra Mundial. Apesar de tudo, esta trouxe fértil resultado para as perspectivas socialistas em construção na Europa, em especial na Alemanha e na Áustria, países

<sup>11</sup> Tal compreensão é que está na base de muitos estudos, atualmente, na sociologia rural e na geografia agrária, sobre a recriação camponesa. Merecem destaque, nesse sentido, os trabalhos de José de Souza Martins e de Ariovaldo Umbelino de Oliveira.

nos quais os trabalhadores retornavam dos *fronts* almejando mudanças estruturais. À sua vez, a classe média havia sofrido

[...] a tal ponto com a guerra que “estenderia a mão até mesmo ao diabo, se esse tivesse prometido uma perspectiva de salvação”<sup>12</sup>. Independentemente da própria vontade, a social-democracia se viu obrigada a colocar-se no vértice da onda revolucionária, para não ser submergida por ela (Weissel, 1985, p. 229).

Assim, diferente das expectativas sobre o devir que se evidenciavam nos fóruns de discussões, foi o momento a lançar ao socialismo o desafio de sua consolidação. Como os projetos até então propostos haviam sido ignorados, a solução foi elaborar um projeto concreto, unitário, que partisse das condições políticas, econômicas e sociais do momento. Teve início, pois, um amplo debate sobre a socialização, em que se esboçaram alguns núcleos temáticos fundamentais para a sua construção.

A primeira grande questão que deveria ser resolvida dizia respeito ao tipo de socialização a ser realizada: uma **socialização global**, levada a cabo por meio de uma única e violenta medida, capaz de abolir toda propriedade privada de uma só vez, ou uma **socialização parcial**, iniciada em setores singulares, para ampliar-se progressivamente. Em favor da socialização global, eram apresentados três argumentos:

[...] Em primeiro lugar, os problemas da reconstrução não se alteravam, independentemente do fato de se ter de levá-la a cabo em base capitalista ou em base socialista; “contudo, o modo de produção socialista – especificava Hilferding – revelava-se superior ao capitalismo [...]”<sup>13</sup>.

Em segundo lugar, nas semanas subsequentes ao colapso dos Impérios centrais, a burguesia não estava em condições de opor uma séria resistência; no caso de uma socialização gradual, ao contrário, dever-se-ia levar em conta uma crescente oposição. [...]

Em terceiro lugar, temia-se que uma socialização progressiva – que deveria se realizar num âmbito cada vez mais capitalista – seria novamente anulada, tal como qualquer outro passo à frente, pela conexão econômica entre os dois setores (Weissel, 1985, pp. 230-1).

A favor da socialização parcial, três argumentos foram igualmente apresentados:

[...] Em particular, contestou-se que uma transição global e repentina ao socialismo pudesse ser enfrentada predominantemente num plano organizativo e superada num plano antes de mais nada econômico [...].

<sup>12</sup> P. Lensch, *Sozialdemokratie und Sozialisierung*. Berlim, 1920, p. 6. Nota do autor.

<sup>13</sup> R. Hilferding, “Taktische Probleme”. In: *Der Kampf*, vol. XII, 1919. Nota do autor.

Por outro lado, o argumento “produtivista” obteve uma ampla popularidade: depois que algumas pessoas defenderam o ponto de vista segundo o qual a socialização poderia, mas não necessariamente deveria, levar a uma produtividade mais elevada, a expropriação foi circunscrita àqueles casos em que “o capital desfruta sob controle estatal de lucros maiores, ou, pelo menos, iguais à fase anterior”<sup>14</sup> [...].

Negou-se também que o proletariado estivesse maduro para uma socialização global (Weissel, 1985, pp. 231-2).

Segundo Weissel (1985), o conceito de socialização global, apesar de determinar os limites de sua intervenção, deixava indefinidos seus conteúdos. Chegou-se a elaborar-se um projeto, cuja ideia de fundo era a eliminação do mercado, a partir da hipótese de realizá-lo seguindo “um plano centralizado, em contas *in natura* e numa total eliminação da propriedade privada” (Weissel, 1985, p. 233). Essa ideia, porém, encontrou poucos defensores.

Do ponto de vista da socialização parcial, uma vez que ela consistia em um processo gradual, era necessário estabelecer a ordem de sucessão das várias medidas. Nesse sentido, a controvérsia se limitou a qual deveria ser o primeiro passo, sendo apresentadas as seguintes alternativas (Weissel, 1985, pp. 234-6):

1. instituição de um setor socialista autônomo, por meio da expropriação das empresas que abarcavam o setor produtivo social, salvaguardando, porém, as justas proporções entre os setores singulares, de modo que o setor capitalista privado fosse progressivamente reduzido e assimilado pelo socialista. A essa compreensão, somou-se uma complementar: a de que a socialização deveria começar pelas empresas que não dependiam do mercado externo (para aquisição das matérias-primas ou para a comercialização da produção);
2. formação de um patrimônio real para o Estado, a ser obtido por meio de um imposto sobre os bens *in natura*;
3. estabelecimento da socialização a partir da união entre cooperativas, começando pela reestruturação e por uma nova orientação do setor cooperativo existente, que deveria suplantar aquele da economia privada;
4. estabelecimento da socialização a partir dos ramos “maduros”, ou seja, daqueles cuja produção e comércio se dessem em um âmbito habitual. Existiam, nessa perspectiva, diferenças sobre por onde começar: pela indústria pesada (por produzir as matérias-primas necessárias às demais indústrias); pelo setor bancário (por controlar direta ou indiretamente boa parte das indústrias); pelo setor de produtos acabados (por ser aquele sem o qual uma produção social não

<sup>14</sup> E. Kuttner. *Die deutsche Revolution*. Berlim, 1918, p. 14. Nota do autor.

seria possível de ser estabelecida); pelas empresas do Estado (por considerar que a maior dificuldade não seria substituir a propriedade capitalista pela coletiva, mas transferir a produção capitalista para a socialista).

Independentemente de qual projeto seguir para a socialização parcial, foram apresentadas propostas de medidas gerais para torná-la possível. Weissel identifica quatro pontos-chaves<sup>15</sup>:

Em primeiro lugar, foi debatida a questão de saber se se devia ou não expropriar mediante indenização. Em favor da indenização impôs-se [...] a argumentação de quem afirmava que um puro e simples confisco levaria a uma fuga de capitais e à sabotagem. Além disso, discutiu-se o problema da forma em que se deveria proceder à indenização: em moeda corrente, o que apresentava a desvantagem de permitir ao ex-proprietário reconstituir o seu capital; em bônus para aquisição de mercadorias, o que teria evitado aquele inconveniente; ou em títulos, o que teria transformado o proprietário num *rentier*. Também o modo pelo qual se deveriam conseguir os meios necessários à indenização foi objeto de discussão: através de um empréstimo, que em qualquer caso constituiria um ônus para o mercado de capital; através de um imposto sobre o consumo; através de um imposto sobre o patrimônio, que só atingisse as pessoas ricas [...].

Em segundo lugar, para que às medidas de socialização correspondesse um adequado sucesso, todo o sistema fiscal deveria ser submetido à revisão. [...] Não foram poucos os que se pronunciaram a favor de uma redução do imposto progressivo sobre a renda e de um aumento dos impostos indiretos sobre o consumo.

Em terceiro lugar, tentou-se transformar o imposto sobre a herança num instrumento de expropriação regressiva. As propostas iam desde um direito estatal de herança sobre "patrimônios em busca de herdeiros" até uma mais acentuada progressão do tradicional imposto de sucessão<sup>16</sup> [...].

Em quarto lugar, era preciso tomar em consideração para toda variante da socialização parcial o surgimento de consideráveis dificuldades no mercado monetário e financeiro (Weissel, 1985, pp. 237-8)<sup>17</sup>.

O amplo e prolongado debate sobre a socialização não foi capaz, porém, de dar origem a um plano unitário, aceito por todos e possível de ser realizado em um tempo adequado. Paralelamente à discussão geral, os go-

<sup>15</sup> Segundo o autor, a socialização global já era onicompreensiva, não sendo, pois, necessário pensar-se em medidas complementares.

<sup>16</sup> O objetivo era criar alíquotas diferenciadas à segunda se o patrimônio tinha sido construído pelo testamentário ou por ele herdado.

<sup>17</sup> Para solucionar esse problema foram apresentadas propostas de controlar o comércio exterior e o mercado cambial.

vernos alemão e austríaco deram início a um debate particular, onde poucos especialistas deveriam estabelecer as medidas imediatas que o governo depois colocaria em execução. Com esse objetivo, foi criada em cada um dos países (Alemanha e Áustria) uma Comissão para a Socialização, com a função de elaborar projetos cuja aplicação deveria se dar a partir da aprovação do legislativo. Este, por sua vez, poderia modificá-los, se considerasse necessário. Diante de uma correlação de forças pouco favorável no legislativo, muito foi discutido, pouco foi concretizado, levando a onda de socialização ao colapso.

Assim, o que no início de 1919 foi desencadeado com grande ímpeto, no final de 1920 acabou definitivamente. Weissel (1985) aponta dois fatores que determinaram essa situação: a imaturidade do movimento operário e a habilidade da burguesia. Para o autor, a não superação do abismo entre as amplas massas de trabalhadores e os poucos especialistas de seu campo, bem como o fato de o movimento operário do pós-guerra não ser mais um bloco compacto com uma esfera de interesses unitária, como o era antes que o conflito fosse deflagrado, e, em consequência, sua incapacidade de vincular a si de modo mais duradouro os aliados do momento, ou de conquistar novos aliados, foram fatores que caracterizaram o que identificou como imaturidade do movimento operário. Por outro lado, a burguesia soube agir, interrompendo o contato que teria feito o processo caminhar, entre a discussão geral sobre a socialização, a ação da Comissão para a Socialização, o setor legislativo e a execução prática das propostas. Além disso, soube introduzir alguns especialistas de sua confiança na Comissão para a Socialização, que tinham a responsabilidade de dificultar o avanço das discussões; foi capaz de, no legislativo, ignorar as propostas da Comissão e, naquilo que chegava a ser encaminhado para ser executado, agiu no sentido de sabotar e pressionar para sua não realização. Por fim, conseguiu enredar os sindicatos numa “comunidade do trabalho”, cujo objetivo era esvaziar o conteúdo revolucionário das lutas dos trabalhadores, mostrando, assim, toda a sua habilidade para reverter uma situação que lhe era desfavorável.

Em outras palavras, enquanto os trabalhadores conquistaram o poder, mas não a habilitação ao seu exercício, a burguesia, que havia perdido o poder, mas não a habilitação ao seu exercício, soube exercer a tarefa de deixar correr o tempo e agir no momento certo, para novamente reconquistá-lo.

O fracasso das experiências de socialização na Alemanha e na Áustria dificultou, mas não impediu, que outras experiências pudessem ser realizadas. E é sobre elas que se ocupará a segunda parte deste capítulo. Antes, porém, será trazida para o debate a posição anarquista sobre a socialização da produção.

### 3. O ANARQUISMO E A DISCUSSÃO SOBRE A SOCIALIZAÇÃO DA PRODUÇÃO NO CAMPO

Também os anarquistas, como já foi dito, participaram da discussão sobre a organização da sociedade revolucionária, em especial do debate sobre a socialização da produção. Muito embora tal debate tenha se iniciado com Proudhon<sup>18</sup>, são as propostas apresentadas por Bakunin e Kropotkin, representantes, respectivamente, das correntes **coletivista** e **comunitária**, aquelas que mais interessam para a discussão proposta neste capítulo. O momento em que as discussões sobre essas práticas foram mais significativas compreende da segunda metade do século XIX à primeira metade do século XX, período igualmente rico de experiências, com os mais diferentes graus de socialização do trabalho e de acesso aos frutos do trabalho. O palco privilegiado foi, como já visto, aquele da Primeira Internacional Socialista<sup>19</sup>.

---

<sup>18</sup> Proudhon é uma referência das mais importantes para o anarquismo por ter sido o primeiro a usar o termo “anarquia” em seu sentido positivo e a autointitular-se anarquista, muito embora, enquanto movimento, o anarquismo só passe a existir com Bakunin. Proudhon tinha muita confiança nas tendências associativas e federativas dos homens. Considerava que restabelecer a ação livre das associações e das federações contra a intervenção do monopólio criaria o isolamento e a conseqüente liquidação dos Estados, dando lugar à associação e à federação dos órgãos de verdadeira utilidade social. Para ele, o objetivo prioritário da luta pela emancipação humana deveria ser a abolição do Estado e do capitalismo, o que ocorreria por meio da redução sistemática de ambos. Em seus lugares, propunha o **mutualismo** como sistema de produção e troca e o **federalismo** político como sistema descentralizado de poder, no qual a autoridade se daria de baixo para cima. Proudhon propõe para organização da produção a livre associação de pequenos produtores. Essas associações se federariam entre si e as trocas entre elas se dariam tendo por base o **mutualismo**. Do ponto de vista da organização federativa, entende que o primeiro nível de organização é o das federações que se dariam a partir da união de diferentes associações de uma mesma região, em seguida uma federação de federações de diferentes regiões, e assim sucessivamente, até chegar ao nível mais alto de “federação das federações”. Para ele, a grande referência de autoridade seguia sendo sempre o primeiro nível. Era de lá que deveriam surgir as inquietações e para lá que deveriam ir as sugestões de mudanças para melhoria. Enquanto o **mutualismo** seguiu atrelado a Proudhon, o **federalismo** se tornou a forma de organização política do anarquismo, estando presente, tal qual por ele proposto, em Bakunin e Kropotkin, apenas para citar os dois anarquistas que serão objeto de atenção neste item.

<sup>19</sup> A própria Geografia realizou essa discussão por meio de Kropotkin e Reclus, muito embora esses dois geógrafos tenham permanecido à margem do pensamento oficial, justamente por andarem na contramão da tendência hegemônica de se fazer e conceber a Geografia daquele período.

### 3.1 AS ORIGENS DA DISCUSSÃO OU AS “VELHAS” UTOPIAS

O que animou a discussão no interior do movimento anarquista foi a necessidade de apresentar propostas concretas a serem colocadas em prática imediatamente após a realização da revolução social. As raízes dessas propostas podem ser encontradas na Revolução Francesa e nos ideais de liberdade, igualdade e fraternidade por ela apresentados e divulgados pelo mundo todo. A consciência da força da classe trabalhadora, assim como de sua capacidade de organização nos sindicatos, serviu de estímulo ao debate sobre as formas de organização possíveis da sociedade futura. Tratava-se, naquele momento, de apresentar propostas para a organização da sociedade revolucionária. A certeza da iminência da revolução colocava a esses revolucionários a necessidade de pensar em como organizar a sociedade futura.

De acordo com os anarquistas, a primeira tarefa da revolução deveria ser a expropriação, de forma radical e integral, de todos os bens que pudessem permitir, a quem quer que fosse, explorar o trabalho de outrem. Tal expropriação – que deveria realizar-se em todos os setores da economia, para não permitir retrocessos – garantiria **a todos** o livre acesso a todos os meios necessários para desenvolver as suas faculdades de acordo com as suas possibilidades.

Superada essa fase, a sociedade seria organizada em comunas autogeridas, que teriam buscado, dentro dos limites impostos, alcançar a autossuficiência por meio da diversificação da produção e de uma prática agrícola em respeito ao ambiente, privilegiando as técnicas e os métodos de cultivo que resultassem mais eficazes no decorrer do tempo, recuperando, assim, os saberes locais e considerando a terra como um patrimônio comum, do qual dispor em benefício de cada um e de todos<sup>20</sup>. Kropotkin aconselhava também a integração entre as atividades agrícola e industrial, e o estabelecimento do primado do mercado interno sobre o externo<sup>21</sup>.

Todas essas propostas eram compartilhadas pelas duas correntes da escola socialista, a **coletivista** e a **comunista**. A polêmica existente referia-se à forma de acesso ao fruto do trabalho desenvolvido coletivamente, e é aqui que reside a diferença entre a **produção coletiva** e a **produção comunitária**, expressões que são comumente utilizadas como sinônimos. O ponto de partida de ambas as correntes era a necessidade de se alcançar o verdadeiro objetivo da revolução social na ótica anarquista: o estabelecimento da completa

<sup>20</sup> Um século depois, em outro momento histórico e em outras bases, essas ideias reaparecem nas discussões feitas atualmente na proposta do **desenvolvimento local autossustentável**.

<sup>21</sup> A esses princípios podem ser reconduzidas as propostas atuais de fechamento dos ciclos ecológicos e das fileiras econômicas apresentadas pelas teorias de desenvolvimento local autossustentável.

liberdade e igualdade entre os homens, ou seja, igualdade não apenas política, mas também econômica e social. Os distintos caminhos a serem trilhados para alcançar tal objetivo é que caracterizarão essas duas formas de produção na agricultura.

### 3.2 BAKUNIN E O COLETIVISMO

De acordo com Bakunin, cujas ideias deram origem à escola **coletivista**, o objetivo da revolução na ótica anarquista seria alcançado “por meio da organização espontânea do trabalho e da propriedade coletiva das associações produtoras livremente organizadas e federadas nas comunas e por meio da federação, também espontânea, dessas comunas” (Bakunin, 1977a, p. 75).

O outro pilar das ideias anarquistas, base de sustentação da sociedade do devir e de todas as propostas de sua organização econômica e social, era a **justiça**, não a dos códigos, mas aquela baseada na consciência dos homens. A sociedade organizada sobre essas bases deveria fazer com que todos os homens pudessem ter

[...] os meios materiais e morais para desenvolver plenamente a sua própria *humanidade*; tal princípio se traduziria [...] da seguinte forma: *organizar a sociedade em tal modo que qualquer indivíduo, homem ou mulher, vindo à luz, encontre oportunidades iguais para o desenvolvimento das próprias faculdades e para a utilização das mesmas com o próprio trabalho*; organizar uma sociedade que, tornando impossível a quem quer que seja a exploração do trabalho de outrem, permita a cada um participar do resultado das riquezas sociais (na realidade produzidas somente através do trabalho), somente na proporção em que terá contribuído a produzi-las com o próprio trabalho (Bakunin, 1922, pp. 55-6, tradução nossa, grifos no original).

Essas eram as bases da organização **coletiva** da produção, que mais tarde se traduziram no moto “**de cada um de acordo com as suas possibilidades e a cada um de acordo com o seu trabalho**”.

Os anarquistas eram, pois, contrários a qualquer forma de organização que, para poder existir, devesse basear-se em uma autoridade reguladora externa. A única ação que eles aceitavam do Estado era a mudança do direito de herança até a sua completa abolição. O objetivo era aquele de abolir a desigualdade econômica hereditária/artificial das classes, enquanto garantidora das desigualdades de acesso aos meios materiais de desenvolvimento. A única desigualdade aceita por Bakunin e por todos aqueles que o sucederam era aquela natural, pertencente ao indivíduo. Tal desigualdade era considerada um bem, uma qualidade, a verdadeira riqueza da humanidade, aquilo que a tornava

[...] um todo coletivo no qual cada um completa[va] todos os outros e de todos os outros [tinha] necessidade: de modo que a infinita diversidade

dos indivíduos humanos [era] a causa, a base principal da solidariedade estabelecida entre eles, [e] um argumento onipotente a favor da igualdade (Bakunin, 1922, p. 242, tradução nossa).

A esse propósito, Bakunin argumentava que somente quando fosse estabelecida

[...] *a igualdade do ponto de partida* para todos os homens sobre a terra, somente então – salvaguardando todavia os direitos superiores da solidariedade, que [era] e [permaneceria] sempre o mais potente produtor de todas as coisas sociais, inteligência e bens materiais, somente então [poderíamos] dizer [...] que cada homem [era] filho do próprio trabalho. E eis a conclusão: a fim de que as capacidades individuais [pudessem prosperar] e [...] dar todos os seus frutos, [era] necessário que as classes [fossem] abolidas: [deveriam] desaparecer a propriedade individual e o direito de hereditariedade, [deveria] ocorrer o triunfo econômico, político e social da igualdade (Bakunin, 1922, p. 241, tradução nossa, grifo nosso).

Em outras palavras, Bakunin propunha que a terra pertencesse **somente a quem a trabalhasse com os próprios braços**.

Outro tema afrontado por ele foi o da cooperação, da qual ele também era um defensor, mas em bases diversas daquela burguesa. Defendendo a formação de associações e de sociedades cooperativas de crédito, consumo e, sobretudo, de produção como uma forma de emancipação do trabalho da dominação do capital, Bakunin chamava a atenção para aquilo que a Associação Internacional dos Trabalhadores (AIT) já havia destacado. Em sua opinião, a

[...] cooperação sobre todos os seus aspectos é incontestavelmente uma forma equitativa e racional do futuro sistema de produção. *Mas para que esta possa alcançar os seus objetivos, que são a emancipação das massas trabalhadoras, a retribuição das mesmas em função do produto integral do trabalho por elas realizados e a satisfação das suas necessidades, a terra e o capital, sob qualquer forma, devem ser convertidos em propriedade coletiva* (Bakunin, 1977b, p. 223, tradução nossa).

Organizadas sob essas bases, as cooperativas teriam conduzido à verdadeira emancipação do trabalho e tornado mais fácil a passagem à sociedade anarquista, baseada na igualdade e na justiça. Vale a pena salientar que os objetivos da cooperação elencados pela AIT transformaram-se nos objetivos do **coletivismo** nascido com Bakunin, e foram colocados em prática a todo efeito nas experiências dos coletivos espanhóis dos quais se falará mais adiante. As leis e os princípios fundamentais que regiam a proposta bakuniana de organização da sociedade eram: **respeito humano, justiça, liberdade, igualdade, solidariedade, ciência e trabalho**. São esses os pontos que deram sustentação às suas práticas e às suas propostas para a organização da sociedade futura.

### 3.3 KROPOTKIN E O COMUNISMO ANARQUISTA

A análise da vasta obra de Kropotkin<sup>22</sup> nos permite verificar a existência de uma meta a alcançar para a realização da sociedade futura: a satisfação de todas as necessidades dos indivíduos ou, em suas palavras, o “bem-estar para todos”. Para ele, bastaria mudar a impostação com relação à produção e privilegiar a produção de bens de necessidade ao invés de bens de luxo para que ocorresse um aumento natural da produção e, dessa forma, que pudesse ser garantido, a todos, tudo o que fosse necessário para viver e desenvolver todas as suas faculdades. O único modo de alcançar tal objetivo era, para Kropotkin, pela organização da sociedade em comunismo anarquista, entendido por ele como o ponto de chegada natural na direção do qual a sociedade, já à sua época, começava a mover-se. Toda a sua obra é dedicada à defesa desse ponto de vista, à indicação de um possível caminho a seguir e ao desenho dos resultados que seriam obtidos uma vez que tal meta fosse alcançada.

Segundo Kropotkin – assim como segundo Bakunin –, na sociedade futura, **todos deveriam ter o mesmo direito de acesso às riquezas**. Segundo ele, **tudo deveria pertencer a todos** e, uma vez que cada um teria contribuído com o próprio trabalho a produzir as riquezas, cada um teria o direito – e aqui está a diferença com relação à Bakunin – de delas retirar o quanto fosse necessário para garantir a satisfação das suas necessidades com bem-estar, de onde o moto **“de cada um de acordo com as suas possibilidades e a cada um de acordo com as suas necessidades”**. Com essa concepção de acesso à riqueza produzida, ele se declarava contrário às fórmulas de retribuição propostas pelos coletivistas, criando os pilares do comunismo anarquista.

A garantia do “bem-estar a todos” teria sido possível, para Kropotkin, graças à difusão dos progressos da ciência – sobretudo pelo emprego das máquinas – em todos os setores da produção, bem como à mudança da própria lógica da produção. Tal mudança, entendida enquanto o favorecimento da produção de bens de necessidade ao invés de bens de luxo, e que teria como resultado o aumento natural da produção, dependia da transformação de todas as propriedades privadas em propriedades comuns. É por esse motivo que Kropotkin considerava que o objetivo principal da revolução fosse o de realizar a **desapropriação** em todos os setores da economia, tendo como base os seguintes objetivos: reco-

<sup>22</sup> Um estudo mais detalhado das suas principais obras – *Palavras de um rebelde, A conquista do pão, O apoio mútuo e Campos, fábricas e oficinas* – pode ser encontrado em MARCOS, Valeria de. *Alternative per la produzione agricola contadina nell’ottica dello sviluppo locale autosostenibile*, 2004. 626 p. Tese (Dottorato di Ricerca in Geografia e Pianificazione del Paesaggio per la Valorizzazione del Patrimonio Storico-Ambientale) – Dipartimento POLIS, Facoltà di Architettura dell’Università degli Studi di Genova, XVI Ciclo, Genova, 2004.

nhecer a todos o direito à vida; atentar primeiro às necessidades dos trabalhadores e, somente depois, aos seus deveres; e reconhecer o direito ao bem-estar, em vez do direito ao trabalho, como a principal meta a se alcançar.

Sendo assim, a desapropriação deveria ter um amplo raio de ação para não permitir nenhum retrocesso. Seu objetivo deveria ser o fim da possibilidade de exploração do trabalho e a restituição a todos da possibilidade de acesso aos meios necessários para desenvolver as suas próprias faculdades e poder trabalhar sem necessitar vender sua força de trabalho a quem quer que fosse. Em suas palavras:

[...] queremos nos organizar de modo tal que cada ser humano que venha ao mundo tenha garantida a possibilidade de aprender um trabalho produtivo e de transformá-lo em um hábito; e em seguida, de poder realizar este trabalho sem pedir permissão ao proprietário ou ao patrão e sem pagar aos proprietários da terra e das máquinas a parte do leão sobre tudo o que ele produzirá.

[...]

O dia em que o camponês puder trabalhar a terra sem deixar a metade do que produziu; o dia em que as máquinas necessárias para preparar a terra para as grandes colheitas existirem em abundância, à livre disposição dos cultivadores; o dia em que o operário da oficina produzir para a comunidade e não para o monopólio, os trabalhadores não serão mais recobertos de trapos; e não existirão mais Rothschild nem outros exploradores.

Ninguém terá mais necessidade de vender a sua força de trabalho por um salário que não representa que uma parte do que ele produziu (Kropotkin, 1948, pp. 31-32, tradução nossa).

A referida forma de desapropriação teria dado origem a uma outra ciência econômica, dedicada ao estudo das necessidades da humanidade e dos melhores meios econômicos para satisfazê-las. Essa mudança de perspectiva teria tido como resultado uma nova organização da produção, com o objetivo de satisfazer tais necessidades com o mínimo desperdício possível de energia, matéria-prima e força de trabalho. Reassentada sobre essas bases, a nova economia teria rompido com o primado capitalista da produção sobre o consumo, estabelecendo o seu oposto, ou seja, o primado do consumo sobre a produção: era a necessidade de consumir que deveria estabelecer o que, como e quanto produzir, e não o seu oposto. Esse era, segundo Kropotkin, o caminho a seguir na direção do comunismo anarquista.

Considerando que todos os tipos de trabalho tivessem a mesma importância para o progresso da sociedade; que fosse impossível estabelecer e avaliar a contribuição de cada um no alcance de tal progresso de acordo com a qualidade, importância e grau de empenho no desenvolvimento do seu trabalho; e a partir do momento em que todos tivessem trabalhado, Kropotkin considerava que **deveriam ser as necessidades de cada um, e não o total de horas traba-**

**lhadas, a regular o consumo.** Segundo ele, a posse comum dos instrumentos de trabalho levaria necessariamente ao gozo em comum dos frutos do trabalho comum. Sendo assim, a única forma possível de retribuição pelo trabalho seria “colocar as ‘necessidades’ acima das ‘obras’, e reconhecer antes de mais nada o direito à vida – e depois ao bem-estar – a todos aqueles que [tivessem tido] uma certa parte na produção” (Kropotkin, 1948, p. 134, tradução nossa).

Realizada a desapropriação e estabelecido o comunismo anarquista, seria necessário pensar em como fazer funcionar a sociedade anarquista. A primeira coisa a decidir seria a sua organização territorial. Kropotkin propõe a sua organização em **comunas**, por ele entendidas como “grupos de iguais”. Os únicos interesses que cada comuna admitiria acima dos seus seriam aqueles da Federação das Comunas livremente organizadas, mesma organização proposta por Bakunin. Cada comuna seria deixada livre para fazer todas as reformas e criar todas as instituições necessárias ao seu pleno funcionamento; seria uma **comuna** não apenas no nome, mas em todos os aspectos da vida quotidiana, fossem eles políticos (abolição de qualquer forma de governo) ou econômicos (autogestão da produção e da comercialização); buscaria universalizar-se e criar vínculos de solidariedade com outras comunas que seriam colocadas em relação entre si por intermédio da troca de mercadorias e de cultura, não tendo, pois, que temer nenhum tipo de isolamento.

A concretização do mote “**a cada um de acordo com as suas necessidades**” dependia, porém, da forma de acesso à alimentação, habitação e vestuário. Segundo Kropotkin organizar-se-iam grupos de voluntários responsáveis pela realização de um inventário de tudo quanto disponível e pela difusão pública dos resultados e dos locais onde encontrar os alimentos, as roupas e as habitações disponíveis. Para os produtos em abundância, era previsto o livre acesso, e para aqueles escassos, o racionamento até a sua normalização<sup>23</sup>.

No que se refere à jornada de trabalho, Kropotkin avaliava que, se todos trabalhassem dos 20 aos 50 anos de idade, bastariam de quatro a cinco horas de trabalho de cada um para garantir o bem-estar a todos. As demais horas de trabalho deveriam ser dedicadas às atividades artísticas ou científicas às quais cada um se sentisse mais apto, garantindo a todos o total desenvolvimento de suas faculdades e levando à extinção da diferenciação entre **trabalho distinto (intelectual)** e **trabalho simples (manual)**.

A ideia de fundo presente na proposta kropotkiniana de organização da sociedade futura era a de que o **verdadeiro fator de desenvolvimento e evolução da humanidade era a cooperação, a ajuda mútua**, e não a **luta pela so-**

<sup>23</sup> No caso dos alimentos, a partir do momento que as terras ociosas comesçassem a ser cultivadas, ocorreria o aumento natural da produção, garantindo a todos a satisfação de suas necessidades.

**brevivência**, como tinha sido apresentado por Darwin e, principalmente, por seus discípulos, sobretudo Huxley. Essas ideias eram o resultado das suas observações durante as expedições realizadas no período em que serviu ao Exército russo na Sibéria, e foram confirmadas por especialistas como Kessler na conferência proferida em 1880 *Sobre a lei da ajuda recíproca*<sup>24</sup>.

Kropotkin acreditava que a cooperação e o apoio mútuo constituíssem não apenas as armas mais eficazes na luta pela sobrevivência contra as forças hostis, fossem elas da natureza ou das espécies inimigas, mas também o instrumento principal da **evolução progressiva** no interior de uma mesma espécie, permitindo a todos longevidade, segurança e progresso intelectual.

Assim [acontecia] que as espécies [...] que [praticavam] mais o apoio mútuo, não apenas [sobreviviam] mais do que as outras, mas [ocupavam] também o primeiro lugar – cada uma na sua respectiva classe (de insetos, de pássaros ou de mamíferos) – para a superioridade da sua estrutura física e da sua inteligência (Kropotkin, 1982, p. 48, tradução nossa).

Segundo ele, todas as vezes que os indivíduos de uma mesma espécie deviam lutar contra a insuficiência de alimentos, eles saíam dessa experiência tão diminuídos em vigor e saúde que era impossível pensar que de tal luta pudesse derivar a evolução progressiva da espécie. Essa forma de conceber a solidariedade e o apoio mútuo como o verdadeiro motor da evolução, tanto das espécies animais como do homem<sup>25</sup> – e, como consequência, também da sociedade –, colocava em discussão não apenas a teoria naturalista da evolução das espécies de Darwin como também a concepção e valorização da luta de classes e da luta pela conquista do poder como o motor da sociedade.

Ao dar valor positivo às manifestações de solidariedade entre os homens, e não à luta de classes como entendida, por exemplo, por Marx, Kropotkin considerava que o verdadeiro objetivo da luta política – cuja existência ele admitia – devia ser a definitiva eliminação do fenômeno de formação das classes e a sua substituição pela unidade do grupo regido pelo apoio mútuo, e não a substituição de uma classe no poder por outra, por meio da tomada do Estado e da instituição da ditadura do proletariado. É dessa tese que nasce a proposta de organização territorial da nova sociedade em comunas autogeridas, destinadas a federarem-se entre si, dando origem a vastas uniões voluntárias. Os eventuais

<sup>24</sup> A partir dessa conferência, Kropotkin decidiu recolher material para poder desenvolver a ideia que, em sua opinião, era o resultado das próprias ideias expressas por Darwin na *Origem do homem*: a de que a cooperação, e não a luta pela sobrevivência, era o verdadeiro motor do desenvolvimento da espécie animal.

<sup>25</sup> No livro *O apoio mútuo*, Kropotkin analisa as formas de apoio mútuo entre os animais, entre os selvagens, entre os bárbaros, nas cidades do período medieval e na sociedade contemporânea.

grupos existentes no interior das comunas seriam ligados entre si por laços de ajuda recíproca, com o objetivo de satisfazer as necessidades da sociedade. Segundo Kropotkin, a democratização dos processos decisórios que teria ocorrido no interior das comunas – caracterizada por um alto nível de participação dos indivíduos – teria sido a garantia do alcance de uma efetiva correspondência entre necessidades e ações coletivas aptas a satisfazê-las<sup>26</sup>.

É nesse quadro de referência que devem ser compreendidas e estudadas as experiências de produção coletiva e comunitária colocadas em prática por estas duas correntes.

#### **4. A CONSTRUÇÃO DA PRÁXIS: UM OLHAR SOBRE AS EXPERIÊNCIAS MARXISTAS E ANARQUISTAS**

##### **4.1 AS EXPERIÊNCIAS MARXISTAS DE SOCIALIZAÇÃO DA PRODUÇÃO**

###### **4.1.1 A Rússia: o *mir* russo e as formas de produção no campo pós-Revolução Bolchevista**

De acordo com Wolf, o processo de servidão na Rússia deu origem a um sistema especial, a **servidão por dívida**, onde o camponês se via obrigado a trabalhar a terra em pagamento a um empréstimo ou outra forma de auxílio. Os fidalgos emprestavam aos camponeses a terra, o dinheiro e as sementes necessárias, a prazos fixos que variavam de três a 20 anos. Em troca desse empréstimo, aos camponeses se lhes impunha trabalhar na propriedade do fidalgo com suas próprias ferramentas e seus próprios animais (*barshchina*), bem como entregar parte de sua produção em espécie ou em dinheiro, como pagamento (*obrok*). Enquanto a mobilidade não era proibida, os camponeses migravam para outras propriedades ou para áreas de fronteiras em busca de mais trabalho e, não raro, conseguiam saldar suas dívidas. Essa possibilidade, porém, foi ficando cada vez mais restrita, até que, por meio de um código legal (1649), o servo viu-se submetido à servidão total em uma mesma propriedade, sendo a fuga considerada uma contravenção penal prevista em lei (1658).

Enquanto prevaleceu o período de servidão, os dois modos de utilizar o trabalho do servo – a *barshchina* e o *obrok* – eram empregados ora individualmente, ora simultaneamente. Em geral, a *barshchina* era mais comumente pra-

<sup>26</sup> Segundo Kropotkin, as necessidades dos indivíduos são uma consequência do desenvolvimento cultural do homem e das situações evolutivas que tal desenvolvimento determina. Sendo assim, essas necessidades dependiam dos vários condicionamentos aos quais os homens estavam sujeitos nas suas vidas.

ticada nas áreas de solo mais fértil (*tchernoziom*, ou terra preta), enquanto o *obrok* o era nas áreas de solo menos fértil.

Em algumas propriedades, os fidalgos chegaram a ter êxito, convertendo o *trabalho endividado* em trabalho declaradamente assalariado, no qual o trabalhador não tinha acesso à terra, mas recebia alimentos e roupas em pagamento de seu trabalho nas propriedades do patrão.

Contrastando com o sistema *do trabalho devido*, predominavam nas províncias de solo não preto, do Norte, pagamentos em espécie ou em dinheiro; nessa região, embora a agricultura fosse, ao mesmo tempo, menos lucrativa e menos produtiva, o trabalho camponês, em artesanato caseiro ou nas indústrias da cidade, poderia render pagamentos em espécie (Wolf, 1984, p. 79, grifos do autor).

Essa prática perdurou até 1861, quando os servos foram libertados, por meio de uma grande reforma agrária que, na verdade, foi o resultado de “um acordo que, embora não privasse o camponês de terra, fazia-o pagar pela libertação de sua pessoa” (Wolf, 1984, p. 80).

A libertação plena dos camponeses foi, pois, um processo muito lento, uma vez que eles precisavam comprar sua liberdade, mas não dispunham de dinheiro para fazê-lo. O Estado tentou intervir, oferecendo aos camponeses empréstimos de até 80% da soma necessária, a serem pagos em 49 anos. Porém, as dificuldades enfrentadas no recebimento das dívidas fizeram com que o Estado interrompesse tal prática. Diante dessa situação, muitos camponeses transformaram-se em

[...] pessoas “temporariamente comprometidas”, que tinham que continuar a pagar aos fidalgos vencimentos de doze rublos pela concessão plena, ou em terras do sistema *obrok*, dar em troca a cada ano, 40 dias de trabalho no caso dos homens e 30, no caso das mulheres. [...] Finalmente, não poucos camponeses aceitaram cotas de terra reduzidas, em troca de sua liberdade total, comprando sua liberdade mesmo à custa do empobrecimento econômico (Wolf, 1984, p. 81).

Entretanto, mesmo libertos e proprietários legais de cotas de terras, os camponeses não eram livres para trabalharem-nas da forma que julgassem melhor. Ao contrário, o uso dessas terras estava sujeito às exigências da comuna da aldeia em que as mesmas se situavam, o *mir*<sup>27</sup>.

<sup>27</sup> Esse sistema, que existia paralelamente ao período de servidão, foi constituído pelo tsarismo como forma de organização social nas regiões novas (de fronteira), onde não havia a aristocracia. O *mir* ligava-se diretamente ao Estado tsarista, principalmente como arrecadador de impostos e fornecedor de soldados para o exército.

### O *mir* era

[...] geralmente, formado por antigos servos e seus descendentes, radicados numa única aldeia, embora, às vezes, uma aldeia compreendesse mais de uma comuna ou uma comuna, por sua vez, pudesse abranger várias aldeias. Dentro da estrutura da comuna, cada família tinha direito a uma gleba. Antes da emancipação, cada família da comuna tinha direito a uma gleba da terra comunal; além disso, cada família mantinha sua casa e sua horta como posses hereditárias. Não existia cultivo coletivo; cada família cultivava sua própria terra. Os direitos aos pastos e às vezes aos prados e florestas, no entanto, pertenciam coletivamente à comuna (Wolf, 1984, p. 84).

As terras deveriam ser redistribuídas em intervalos regulares de tempo, o que nem sempre ocorria. Entre as comunas que faziam a repartição em intervalos regulares, havia aquelas que o faziam apenas parcialmente. Muitas delas, porém, interrompiam essa prática por um período, retomando-a posteriormente. Para a redistribuição das terras entre as famílias, não eram levadas em conta as florestas e pastagens, que compunham as terras comuns não distribuídas. Os critérios utilizados variavam de uma comuna para outra, mas, em geral, levava-se em conta o número de homens na família, o número de trabalhadores adultos ou o número total de trabalhadores.

As regras para o funcionamento do *mir* eram rígidas. O camponês

[...] não podia vender, hipotecar ou herdar terras sem o consentimento unânime da comuna. Não podia, igualmente, recusar-se a aceitar, na ocasião da redistribuição, terras menos produtivas que as anteriores. A comuna limitava igualmente o direito do camponês de plantar o que quisesse, pois vigorava um rígido sistema de safras. Os campos eram retalhados em faixas de terra, a fim de nivelar as oportunidades referentes ao solo, à topografia e à distância da aldeia; um camponês possuía sempre várias faixas de terra, cada qual encravada num campo diferente. Mas, dentro de um determinado campo, todas as faixas deviam conter o mesmo produto, no sistema de revezamento de *três campos*; não havia demarcação por meio de cercas e, terminada a safra, os campos eram abertos ao pasto comum ao mesmo tempo (Wolf, 1984, p. 85, grifo do autor).

A comuna era governada por um conselho formado por todos os chefes de família e presidido pelo ancião da aldeia, a quem cabia formular o consenso da assembleia e representar a aldeia nos negócios com estranhos à comuna. Não era atribuído ao ancião nenhum poder específico. Ao contrário, todos os membros do conselho tinham o mesmo grau de igualdade e a busca da unanimidade sempre esteve presente nas assembleias.

A comuna também funcionava com o objetivo de igualar as oportunidades entre seus membros, pelo que fixava um ganho mínimo e nivelava os en-

cargos fiscais, cobrando mais dos mais ricos. Porém, ela não conseguiu eliminar as diferenciações que existiam em seu interior. Ao contrário, esse processo foi intensificando-se, dando origem ao que Leroy-Beaulieu<sup>28</sup> (*apud* Wolf, 1984) chamou de “comedores de *mir*”<sup>29</sup>, os quais, segundo ele, agiam oferecendo aos camponeses empréstimos muito maiores do que sua capacidade de saldá-los, já com a expectativa de más colheitas. Impossibilitados de saldarem suas dívidas, os camponeses se viam obrigados a entregar suas glebas aos “comedores”, em geral a preços inferiores a seu valor real. Além do domínio econômico – e como consequência deste –, os “comedores de *mir*” passaram, aos poucos, a gozar também de um domínio social e político, tornando-se os “donos das aldeias”. Concretizava-se, assim, um processo de diferenciação social no interior do *mir* que, segundo Bettelheim (1979), estava alicerçado no fato de que a fachada “comunitária” do *mir* escondia uma realidade em que vigorava “o *trabalho parcelado*, a cultura e criação de animais *individual*, a *propriedade privada* dos instrumentos de trabalho, especialmente dos animais de tração” (Bettelheim, 1979, p. 190-1, grifos do autor).

Bettelheim (1979) destaca ainda alguns pontos que, a seu juízo, proporcionam uma compreensão mais exata sobre a organização e o funcionamento do *mir*. São eles:

1. O *mir* não corresponde a um modo de produção, mas, sim, a um aparelho político de redistribuição de terras que assegurava uma cultura **individual**, e não coletiva. As regras por ele impostas têm por finalidade facilitar a sua realização nas diferentes parcelas que o compõem. Os resquícios de um modo comunitário de produção (o auxílio mútuo entre os vizinhos), com o tempo, transformaram-se em trocas em pagamento aos serviços prestados;
2. Enquanto aparelho político, o *mir* não é “neutro”, mas, sim, dominado pelos camponeses mais abastados – os “comedores de *mir*” – que se servem dessa dominação para perpetuar sua situação privilegiada;
3. A existência das assembleias gerais tende a transformar cada aldeia em um mundo isolado dos demais, com suas próprias autoridades;
4. A reprodução de desigualdades, em escala crescente, se dá por meio de formas igualitárias (sobretudo no que diz respeito à redistribuição das terras).

<sup>28</sup> Não há referência do texto no livro do autor. Imagina-se que ele se refira a Anatole Leroy-Beaulieu, *L'empire des tsars et les russes*. Paris: Hachette, 1881, ainda que a data do título aqui indicado não coincida com aquela presente no livro de Wolf.

<sup>29</sup> Termo utilizado para indicar os camponeses mais abastados, os *Kulaks*.

Esse processo de diferenciação social no interior do *mir*, por sua vez, acabou dando origem a inúmeras revoltas camponesas, entre 1902 e 1905. Com o intuito de amenizá-las, em 1906,

[...] o governo elaborou um plano de reforma agrária destinado a desmantelar a estrutura comunal tradicional. As propriedades das comunas que haviam abandonado o sistema de redistribuição de terras foram convertidas em propriedade privada de unidades familiares. Nas comunas que ainda redistribuíam suas glebas, concedia-se o direito a qualquer proprietário de requerer, a qualquer tempo, que a terra à qual tinha direito através da redistribuição lhe fosse concedida como propriedade privada. Além disso, teria o direito de receber a terra toda numa só gleba e não em faixas espalhadas pelos campos. Para finalizar, a própria comuna adotaria a propriedade privada, mediante o voto de seus integrantes (Wolf, 1984, pp. 94-5).

Essa medida não surtiu o mesmo efeito em todo o território russo. Em determinados locais – como na Rússia Central –, as comunas acabaram fortalecendo-se ainda mais. Ao mesmo tempo, na esfera religiosa, a Igreja Ortodoxa russa deixava de manter o controle sobre muitas áreas rurais até então eminentemente ortodoxas. Aproveitando-se da brecha entre a Igreja e o crente, que se tornou ainda mais profunda com o cisma religioso (*raskol*), as

[...] correntes reformistas criaram ainda outra fonte de oposição à estrutura centralizada no czarismo: as instituições rurais chamadas *zemstvos*. Segundo o estatuto de 1864, esses *zemstvos* deveriam ser entidades representativas encarregadas das funções locais que anteriormente cabiam, pelo menos em parte, aos proprietários de terras, tais como a construção e a manutenção de estradas, a criação dos serviços de educação e saúde, inclusive a escolha de seu quadro de funcionários e, além disso, as funções hoje categorizadas como serviços de extensão agrícola. A concepção formal dos *zemstvos* estava em plena contradição com seu papel na prática. Deveriam ser organizações representativas funcionando numa autocracia centralizada, sem constituição (Wolf, 1984, p. 99).

Criadas para dar voz ao campesinato, na prática elas acabaram assegurando, por meio de leis eleitorais, representatividade à nobreza. Assim, o *mir*, enfraquecido com as medidas adotadas pelo Estado em 1906, voltou à cena novamente, e, dessa vez, mais fortalecido, com a Revolução de Outubro de 1917.

Logo após a Revolução de Outubro, e principalmente durante o “comunismo de guerra”, a prática camponesa deu origem a três tipos fundamentais de produção coletiva. Estes três tipos se distinguem por uma socialização mais ou menos intensa do trabalho e dos meios de produção. Por ordem crescente de socialização distinguem-se – na terminologia russa – as três formas seguintes:

a) O *toz*, abreviação da palavra russa que significa “associação para a cultura em comum”. Essa forma de *Kolkoze* coloca em comum somente o trabalho necessário à cultura (de fato, geralmente, as culturas principais) assim como a terra e o grosso do equipamento necessário a estas. Uma outra parte das terras, do equipamento, assim como certos animais e construções, permanecem na exploração privada (que não desaparece portanto completamente). Em geral a partilha do produto do trabalho em comum se faz levando em conta principalmente o tempo de trabalho efetivamente dispensado por cada um.

b) O *artel* comporta um grau de socialização mais elevado. Apenas subsistem da exploração individual algumas parcelas e uma pequena criação, o resto é coletivizado. A partilha da produção comum se faz exclusivamente na base do trabalho gasto por cada um.

c) A *Kommuna*, ou comuna, conhece uma socialização praticamente completa de todos os meios de produção. A partilha da produção leva em conta não somente a contribuição do trabalho de cada um, mas também o número e a idade dos membros das diferentes famílias camponesas.

O *artel* tem a preferência do poder soviético. Ulteriormente, será principalmente sob esta forma que se desenvolverá a coletivização (Bettelheim, 1983, p. 435).

De acordo com Flavien e Lajoinie (1976), em 1927, os camponeses possuíam o usufruto de 95% das terras cultiváveis, mas o processo de diferenciação no interior do *mir* continuava se fazendo presente. Dois anos mais tarde, o Estado soviético optou pelo caminho da construção de uma base industrial capaz de valorizar as riquezas naturais que possuía em grande quantidade. Para que pudesse desenvolver seu parque industrial, buscou desencadear um processo de acumulação interna, feita a partir da agricultura. Além de fornecer mão de obra, matéria-prima e riqueza para o desenvolvimento da indústria, a agricultura deveria fornecer também uma quantidade de alimentos capaz de garantir a reprodução daqueles que passavam a dedicar-se à atividade industrial e que, por conta disso, deixavam de responsabilizar-se diretamente – enquanto produtores dos alimentos que consumiam – por sua reprodução. Houve, porém, uma forte resistência por parte dos camponeses abastados que, dentro das condições possíveis, jogavam com os preços.

Visando acelerar o desenvolvimento industrial, em 1929, o governo soviético abandonou as orientações da XVI Conferência que recomendavam que o processo de coletivização das terras – que originaria os *kolkhozes*<sup>30</sup> – se desse de

<sup>30</sup> De acordo com Flavien e Lajoinie (1976), os *kolkhozes* são cooperativas de produção, juridicamente independentes do Estado. Proprietários dos meios de produção, eles recebem do Estado as terras (propriedade nacional) para usufruto perpétuo e gratuito.

forma gradual, de modo que a passagem às formas coletivas fosse fruto da vontade dos camponeses. Optou, então, pelo processo de coletivização acelerada, “integral” e forçada dos campos, levado a cabo por Stalin a partir de junho de 1929, e que ficou conhecido como “a grande virada”. Diversas formas de pressão – sanções administrativas, econômicas e penais – foram colocadas em prática a fim de forçar os camponeses a entrar nos *kolkozoes*.

As duas “sanções não penais” mais frequentemente empregadas contra camponeses que não [estavam] prestes a aderir ao *kolkoze* [foram]: a proibição feita aos organismos comerciais de lhes venderem qualquer mercadoria e a privação de terras (sendo estas todas atribuídas ao *kolkoze*); em outros casos, os camponeses que não entra[va]m no *kolkoze* se [viam] sem as terras que cultiva[va]m, e obrigados a alocar terras de má qualidade, situadas distante da aldeia; às vezes, as sementes, o gado e todo ou parte de seus instrumentos de trabalho lhes [eram] confiscados. Um prazo de alguns dias lhes [era] deixado para se decidirem.

A estas “sanções” podem se acrescentar outras: fixação de um imposto individual elevado, proibição feita aos filhos dos camponeses não *kolkozianos* de frequentarem a escola etc. Tais medidas [eram] “ilegais”, e [foram] condenadas ulteriormente pela direção do partido. Entretanto, entre novembro de 1929 e março de 1930, elas foram aplicadas em uma larga escala pelas autoridades locais (Bettelheim, 1983, pp. 439-440).

Esse processo desencadeou uma situação de insegurança e tensão nos campos que, por sua vez, levou Stalin, em março de 1930, a suspender os métodos da “grande virada” da coletivização acelerada. Da forma como foi implantada, a coletivização deu origem a uma série de problemas de difícil superação. Entre eles, Bettelheim (1983) destaca a baixa produtividade daqueles que iam para os *kolkozoes* contra sua vontade e a diminuição do apoio ao governo diante dessa situação; a manutenção de concepções individuais no interior dos *kolkozoes* (unidades coletivas); o desencadeamento de uma série de roubos de bens coletivos e do processo de comercialização de uma parte da produção fora dos circuitos legais, em prejuízo do que era considerado “bom andamento dos *kolkozoes*”, o que forçou o governo a colocá-los sob a direção de não camponeses, garantindo assim a imposição de normas de trabalho/gestão (medida que assume um caráter punitivo); a redução do número de animais de tração de uso dos *kolkozoes*, consequência da punição, estabelecida pelo governo, de abate de parte do gado de propriedade dos camponeses que entravam contra sua vontade nos *kolkozoes*.

Ainda de acordo com Bettelheim (1983), uma série de fatores comprometeu a coletivização desde sua origem, gerando uma agricultura que apresentava resultados insatisfatórios quando comparada à fase anterior. Para o autor, isso explica o fato de que,

[...] para acalmar o descontentamento camponês e para ajudar uma certa retomada da produção, o poder soviético tenha decidido, a partir de 1930, autorizar a exploração de parcelas individuais relativamente importantes e a posse de uma criação individual. Mais tarde, foi preciso até mesmo restabelecer um mercado livre “legal” e permitir aos *kolkozés* e aos *kolkozianos* venderem uma parte de sua produção. Estas medidas, por sua amplitude e pelas condições nas quais tiveram de ser tomadas, prejudicaram por sua vez o bom funcionamento dos *kolkozés*, pois as atividades privadas dos *kolkozianos* limitaram seriamente seus esforços nas terras coletivas (Bettelheim, 1983, p. 447).

Além dos *kolkozés*, outra forma de produção presente no campo soviético eram as fazendas estatais – os *sovkozés* – criadas com o objetivo de se transformarem na forma de organização da agricultura do futuro. De acordo com Flavien e Lajoinie (1976), entre 1952 e 1962, houve um grande movimento no sentido da transformação dos *kolkozés* em *sovkozés*. Porém, a partir de 1965, esse movimento deixou de existir, dando origem a um processo de especialização dos *sovkozés* na produção de determinados gêneros, o que fez com que, em alguns momentos, eles se subdividissem em unidades autônomas. Os trabalhadores dessas fazendas recebiam salário e, de acordo com Bettelheim (1983), o caráter socialista dessas unidades dependia de seu grau de subordinação ao Estado.

Segundo Flavien e Lajoinie (1976), tanto nos *kolkozés* quanto nos *sovkozés*, as explorações eram divididas em seções – produção animal, vegetal etc. –, em regime de autonomia financeira<sup>31</sup>. Cada uma das seções era mantida sob a responsabilidade de equipes de trabalho que, por sua vez, podiam subdividir-se em grupos ou não, mas sempre possuíam um responsável (em geral um técnico especializado). Para a remuneração do trabalho, estabeleceu-se

[...] uma espécie de padrão de medida do trabalho, a que os soviéticos chamam uma “norma”. Por exemplo, uma norma será a lavra de 5 hectares em 7 horas [...] corrigida em função do tipo de material utilizado e da natureza do solo.

À unidade padrão do trabalho é atribuído um valor monetário que, no final do exercício, serve para distribuir os resultados em função da quantidade e da qualidade do trabalho realizado por cada cooperante (Flavien; Lajoinie, 1976, p. 265).

Com o término da Segunda Guerra Mundial e a conquista, por parte da União Soviética, dos países do Leste europeu, a experiência das cooperativas de produção se difunde também para esses países, que, a partir de então, passaram

<sup>31</sup> Em caso de um rendimento maior, a remuneração dos camponeses que se dedicavam à atividade seria maior.

a estar sob o seu domínio e, dessa forma, se transformaram em países socialistas. É dessas experiências que se tratará a seguir.

#### **4.1.2 Os países do Leste europeu pós-Segunda Guerra Mundial**

O fim da Segunda Guerra Mundial dividiu o mundo em duas áreas de influência distintas. De um lado, o bloco capitalista, liderado pelos Estados Unidos e, de outro, o socialista, liderado pela URSS. Na luta contra o avanço das tropas nazistas, muitos países do Leste europeu aliaram-se à URSS para poder combatê-las e, em consequência, após o término da guerra, passaram a ficar sob o seu domínio. As exceções são feitas à ex-Iugoslávia e à Albânia, que conseguiram impedir esse avanço com suas próprias forças, estabelecendo ali governos socialistas autônomos.

O término da guerra marcou, assim, o avanço do socialismo nesses países (por dominação soviética ou por opção), fato que desencadeou a realização de diferentes formas de produção no campo, mediante a ação direta de um Estado ideologicamente comprometido com a transformação da sociedade estabelecida e a construção de uma outra ordem. É sob esse aspecto que interessa recuperar as experiências de coletivização ocorridas nos países do Leste europeu enquanto ali vigorou o socialismo.

##### **A Bulgária**

De acordo com Flavien e Lajoinie (1976), as primeiras experiências de cooperação na Bulgária datam de finais do século XIX e início do século XX. Elas surgiram como sociedades agrícolas de crédito mútuo (para lutar contra os usurários), mas logo se transformaram em cooperativas de venda dos produtos agrícolas (evitando, assim, a ação dos intermediários) e em cooperativas para o trabalho comum da terra, em um movimento apoiado pelos Partidos Camponês e Social-Democrata (este último transformado, em 1919, em Partido Comunista).

Essa tradição desenvolveu-se ainda mais a partir de 1944. Naquela época, a estrutura fundiária búlgara caracterizava-se por um pequeno número de grandes propriedades e um grande número de pequenas, ambas com um nível de desenvolvimento bastante baixo: pouca utilização de instrumentos de trabalho (em geral rudimentares), fraca utilização de adubos, não realização da seleção de sementes etc. Motivados pela necessidade, os camponeses lançavam-se cada vez mais ao movimento cooperativo que, por sua vez, beneficiava aqueles que mais possuíam terras e condições de trabalho.

Em 1946, o país passou por sua segunda reforma agrária – a primeira havia sido iniciada em 1921, pelo Partido Camponês, e interrompida em 1923 –,

ocasião em que o Fundo Fundiário recuperou as terras dos maiores proprietários agrícolas. Não houve a nacionalização das terras, mas, sim, a desapropriação mediante indenização. As terras assim obtidas tiveram dois destinos: parte foi entregue aos camponeses sem terra ou com pouca terra, que tinham um prazo de 20 anos para pagar, sem juros. Aqueles que pertenciam a alguma cooperativa recebiam ainda um desconto de 40% sobre o preço a ser pago. A outra parte das terras foi utilizada para a constituição de algumas propriedades do Estado. A organização da produção cooperativa ocorreu de forma bastante lenta, em função dos meios de produção disponíveis. Iniciada em 1945, só foi concluída em 1958.

O movimento de cooperação agrícola cresceu face ao incentivo e à importância que o governo socialista passou a dar à agricultura, com financiamentos que cresciam a cada plano quinquenal e dotação de modernos instrumentos de produção, ampla utilização de adubos, realização de obras de irrigação etc. No que diz respeito à mecanização, o governo chegou a criar, no início, um

[...] sistema das estações de máquinas e tratores (EMT), que concentrou os instrumentos de produção disponíveis, mecânicos e técnicos, os meios de reparação e manutenção. Chegaram a existir 211 EMT. Depois, a partir de 1960, as herdades cooperativas compraram o material às EMT, equiparam-se com os seus próprios meios, após terem em parte acumulado os fundos necessários. Depois do desenvolvimento dos acordos entre cooperativas, as EMT perderam a sua razão de ser. Transformaram-se em oficinas das uniões de cooperativas (Flavien; Lajoinie, 1976, p. 18).

Ao aderir à propriedade cooperativa, o camponês colocava à disposição desta a maior parte de suas terras e demais meios de produção, sendo-lhe permitido permanecer com uma pequena gleba, para cultivo individual, na qual ele, em geral, dedicava-se à produção de alimentos para o autoconsumo, podendo comercializar o excedente. A remuneração pelo trabalho dos camponeses nas propriedades cooperativas era função, de um lado, dos rendimentos globais da cooperativa e, de outro, do trabalho realizado e de seu grau de qualificação/eficácia<sup>32</sup>. Eram destinados à remuneração dos camponeses apenas 65% a 75% do rendimento disponível – que, por sua vez, dependia dos custos de produção e da qualidade natural da terra, das condições gerais de produção, da qualidade do trabalho dos cooperantes e da gestão dos próprios dirigentes. O restante era reservado

[...] a amortizações, aos investimentos para melhorar a produção, ao regime das leis sociais – doença, reforma – às atividades culturais, aos seguros de natureza diversa, incluindo as calamidades agrícolas, e a um

<sup>32</sup> Até cerca de 1960, cada camponês recebia uma renda em função da quantidade de terras ou instrumentos de produção que havia entregado à cooperativa.

fundo de garantia da remuneração dos cooperantes (Flavien; Lajoinie, 1976, pp. 22-3)<sup>33</sup>.

De acordo com Flavien e Lajoinie (1976), os camponeses possuíam os mesmos direitos dos trabalhadores da cidade: jornada semanal de 40 horas, descanso semanal remunerado, assistência médica e férias pagas, que variavam de 14 a 30 dias úteis, em função de seu tempo de serviço e do tipo de trabalho que realizavam. Não havia desconto individual de segurança social, estando seu financiamento a cargo das empresas. Em caso de doença, recebiam suas remunerações mensais equivalentes à remuneração média dos 12 meses que antecederam a doença.

A produção das propriedades – cooperativas e estatais – era realizada levando em conta as metas de produção fixadas pelo plano nacional e pelos contratos estabelecidos entre as propriedades e os organismos de compra e comercialização. Além dos planos quinzenais, havia também os anuais, que estabeleciam um plano para a produção e organização da partilha dos meios de produção e mão de obra. Esses planos, transmitidos às cooperativas por meio dos conselhos gerais, funcionavam como “encomendas” feitas pelos órgãos de gestão econômica sobre o volume dos produtos agrícolas necessários para o período em questão. Além de informar o volume mínimo para os produtos agrícolas essenciais, o plano informava também o montante de dinheiro disponível nos meios financeiros, para que as explorações agrícolas pudessem realizar o seu programa de produção. As propriedades realizavam a policultura, mas conservavam duas culturas principais.

Depois de elaborado, o projeto de plano [era] finalmente submetido ao conselho de administração e depois à assembleia geral da herdade cooperativa para ser aprovado. Em seguida, o plano [era] definitivamente adotado pelo conselho geral (o conselho popular departamental) (Flavien; Lajoinie, 1976, p. 26).

O escoamento da produção era garantido pelos contratos realizados entre as propriedades cooperativas – ou suas uniões – e as centrais de comercialização, armazenagem e transformação dos produtos agrícolas. A produção era entregue a cooperativas ou organismos comerciais, que recebiam os produtos em um estado bruto ou já transformados e os entregavam aos circuitos de distribuição, fato que permitia certa especialização na atividade de algumas propriedades cooperativas. A produção das parcelas individuais dos cooperantes era comercializada nos mercados públicos.

A organização do trabalho em uma propriedade cooperativa se dava de modo a aproveitar o melhor possível tanto da força de trabalho dos campones-

---

<sup>33</sup> Este fundo foi criado para garantir-lhes uma remuneração mínima em caso de prejuízo, ocasionado, por exemplo, pela perda da safra.

ses, quanto dos instrumentos de produção. A princípio, nas propriedades cooperativas só trabalhavam os seus membros, exceção feita a alguns especialistas ou trabalhadores sazonais.

A mecanização acabou estimulando um processo de especialização – e, conseqüentemente, de divisão do trabalho no interior das propriedades – que culminou na divisão das mesmas em unidades de produção, bem como contribuiu para a organização das **equipes permanentes de produção**. Cada equipe trabalhava uma determinada superfície com os meios de produção necessários, sendo responsável pela produção de sua respectiva unidade e recebendo a parte que lhe cabia do rendimento global. Todas elas tinham independência para estabelecer seus contratos de produção, desde que em acordo com a direção da cooperativa; tinham também independência econômica e de gestão, sendo responsáveis pela organização de seu trabalho, de sua produção e pelo produto colhido; e possuíam suas próprias glebas de terras, seus maquinários e trabalhadores fixos.

Havia quatro tipos principais de organização das **equipes permanentes de produção**: as **equipes permanentes gerais**, que se ocupavam de todos os ramos de produção, tanto agrícola quanto animal; as **equipes de trabalho mistas**, que se ocupavam em geral de dois tipos de gêneros agrícolas distintos; as **equipes de trabalho especializadas**, que serviam a um único tipo de produção ou à produção de gêneros agrícolas tecnologicamente semelhantes; e as **equipes de trabalho totalmente especializadas**, que só se ocupavam de um tipo de cultura ou de produtos com a mesma origem.

Estando organizados por meio das cooperativas, os camponeses não necessitavam mais expandir suas propriedades para aumentarem seus ganhos. Ao contrário, como o tamanho da propriedade cooperativa dependia das contribuições dos cooperantes, o aumento dos ganhos passou a se dar a partir da melhoria dos meios de produção, o que era feito utilizando-se os capitais anteriormente mobilizados para a compra de novas áreas. Tal prática acabou promovendo o desaquiecimento do mercado imobiliário.

As assembleias gerais dos membros da cooperativa [eram] o órgão supremo de sua administração; [eram] elas que eleg[ia]m os dirigentes e o presidente. [Eram] elas que discut[ia]m e resolv[ia]m todos os problemas da vida da cooperativa, que vota[va]m o plano de produção, o plano financeiro, que decid[ia]m a organização do trabalho e a formação das equipes de produção, as modalidades da remuneração dos cooperantes, a distribuição dos resultados pelos diferentes fundos cooperativos (Flavien; Lajoinie, 1976, pp. 37-8)<sup>34</sup>.

<sup>34</sup> Entre os diferentes fundos cooperativos existentes, destacavam-se os fundos de manejo, de financiamento dos investimentos, das amortizações e de remuneração do trabalho dos cooperantes.

A partir de 1963/1964, as propriedades cooperativas passaram a desenvolver mecanismos de ajuda mútua. Iniciaram com a produção em escala mais elevada (reunindo várias propriedades cooperativas para a produção de um mesmo gênero agrícola) e, em seguida, passaram à colaboração entre diferentes atividades, entre si (cooperativas) ou com organismos que compravam e transformavam seus produtos. A partir dessas experiências, surgiram os complexos agroindustriais, que proporcionavam a especialização em áreas de produção e uma melhor utilização dos meios de produção.

### **A antiga Tchecoslováquia**

De acordo com Flavien e Lajoinie (1976), a primeira República Tchecoslovaca, originada após a derrota alemã na Primeira Guerra Mundial, permitiu o reforço do movimento camponês pela posse da terra, reivindicação que foi acompanhada por uma outra, em favor da independência nacional e pelo fim do regime latifundiário. Pressionado, o governo se viu obrigado a realizar a primeira reforma agrária (1918), pulverizando as terras das propriedades acima de 150 hectares entre milhares de camponeses, medida que, porém, não resolveu o problema.

Em 1948, o problema da distribuição de terras continuava latente, fazendo com que o governo da Frente Nacional, formado por socialistas, comunistas e liberais, realizasse uma nova reforma agrária com o intuito de promover o desenvolvimento da agricultura.

Essa nova reforma agrária foi realizada em três fases. Na primeira delas, o governo decretou a retomada das terras apropriadas pelos nazistas e o confisco das terras daqueles que haviam colaborado com os alemães. Dessa ação, resultou 1,6 milhão de hectares de terras agrícolas, distribuídas aos camponeses sem terra e trabalhadores agrícolas, à razão de 13 hectares por beneficiário, no máximo, a um preço reduzido e pagável em 15 anos, dívida que, posteriormente, foi anulada. Essa fase beneficiou pessoas até então sem terras, promoveu o povoamento de áreas de fronteiras e iniciou um processo de modificação da estrutura fundiária, reduzindo também o número de propriedades com área inferior a cinco hectares.

A distribuição das terras era planejada por comissões eleitas em cada aldeia pelos agricultores. Pela primeira vez, os camponeses tomavam nas suas mãos a organização do seu futuro. As comissões de aldeia elaboravam o plano de distribuição da terra. Em caso de diferendo intervinha uma comissão arbitral, que atuava em função dos interesses dos menos favorecidos (Flavien; Lajoinie, 1976, p. 50).

O problema da terra, porém, permanecia sem uma solução satisfatória. Os camponeses beneficiados pela reforma agrária de 1918 passaram a exigir

a sua revisão. Exigiam não apenas a eliminação da propriedade latifundiária, mas, também, o que chamavam de domínios “residuais”, ou seja, o ressurgimento da grande propriedade. Além disso, na reforma agrária de 1918, a maior parte das terras tinha sido distribuída em lotes de cem hectares, que apenas os camponeses em melhor condição conseguiam adquirir. Diante dessa situação, no final de 1946, o governo colocou em estudo a revisão da reforma agrária de 1918, estudo que culminou, em abril de 1947, com a publicação de um novo “programa agrícola cuja proposta central era a conclusão da reforma agrária, nomeadamente pelo resgate da terra dos proprietários com mais de 50 hectares” (Flavien; Lajoinie, 1976, pp. 51-2).

Ao final desse processo, a reforma agrária abrangeu 4,6 dos 7 milhões de hectares de terras agrícolas que o país possuía. Destes, 3 milhões foram distribuídos em unidades individuais, e o restante coube às cooperativas de produção existentes, aos municípios e às propriedades estatais. Após a distribuição das terras, o governo adotou algumas medidas que garantiam a efetivação da reforma agrária, como o fornecimento da ajuda econômica necessária (sobretudo para o caso das famílias destruídas pela guerra), a regulação dos preços dos produtos agrícolas e dos arrendamentos e, por fim, a ampliação da legislação social que beneficiava os assalariados, sobretudo no que diz respeito ao seguro velhice e invalidez<sup>35</sup>, também aos camponeses.

Atendendo à solicitação camponesa, o governo atuou também junto às cooperativas – que, embora já existissem havia muitos anos, tinham escapado ao controle dos camponeses –, entregando o monopólio da distribuição dos produtos industriais às mesmas, promovendo a exportação de alguns gêneros agrícolas, garantindo a reposição da regra cooperativa – o voto a todos os cooperantes – e facilitando a adesão de novos sócios, por meio de um direito de entrada equivalente a seus meios. O objetivo dos camponeses era combater os preços abusivos cobrados pelo uso de maquinários agrícolas e outros produtos industriais.

Rapidamente as cooperativas de abastecimento criaram estações de máquinas agrícolas e de tratores, auxiliando o governo [com] o financiamento dos investimentos necessários, o que permitiu aos camponeses utilizar mais amplamente máquinas agrícolas que não poderiam adquirir sozinhos e que, aliás, a indústria não estava ainda em condições de fornecer em quantidade suficiente. Este gênero de cooperativa conheceu uma expansão considerável (Flavien; Lajoinie, 1976, p. 54).

---

<sup>35</sup> Essa legislação previa aposentadoria aos 65 anos, após 20 anos de contribuição. A jornada de trabalho semanal era de 42 horas e meia, e os mesmos direitos gozados pelos camponeses búlgaros eram assegurados aos tchecoslovacos.

Outros tipos de cooperativas também cresceram, como as de eletrificação, de máquinas e tratores, de águas, de lavanderia. Ao mesmo tempo, associações de aldeões passaram a organizar creches, banheiros públicos, cantinas etc.

De modo a aumentar a produção agrícola, que, apesar de tudo, ainda não acompanhava o crescimento das necessidades, a partir do final de 1948, o governo passou a incentivar a organização das cooperativas de produção, criando as unidades de tratores e colocando-as à disposição das cooperativas, já que nem os camponeses, nem suas cooperativas, tinham condições, na época, de assumir os investimentos necessários ao início da mecanização.

Surgiram quatro tipos de cooperativas. As mais simples praticavam apenas a entreaajuda, outras já o trabalho em comum, depois a produção englobou a produção vegetal, e outras ainda orientaram-se para a cooperação em todas as atividades agrícolas (Flavien; Lajoinie, 1976, p. 56).

A partir de 1960, o governo entregou as unidades de tratores às cooperativas, que, na época, eram responsáveis por 56% das terras agrícolas. Em meados da década de 1970, 90% das terras agrícolas eram trabalhadas por cooperativas, propriedades estatais e outras empresas agrícolas públicas.

Com o crescimento das cooperativas de produção, cresceu também a mecanização da agricultura, tanto no que diz respeito à utilização de máquinas, quanto no que diz respeito à utilização de adubos químicos e outros produtos do gênero, bem como à realização de obras de drenagem etc., o que ocasionou aumento da produção agrícola e dos efetivos dos diversos rebanhos. As cooperativas agrícolas de produção correspondiam a um dos setores mais importantes da estrutura agrária da antiga Tchecoslováquia. A gestão dessas cooperativas baseava-se

[...] no acordo dos camponeses que se [mantinham] proprietários da sua terra, de que apenas entrega[va]m a utilização à cooperativa.

Todos os cooperantes [tinham] os mesmos direitos e obrigações. O órgão supremo da cooperativa [era] a assembleia geral, que discut[ia] tudo o que se refer[ia] à gestão da cooperativa e eleg[ia] a direção entre os cooperantes (Flavien; Lajoinie, 1976, p. 57).

Outro setor que merece ser destacado é o das propriedades estatais, que, juntamente com outras empresas públicas, cultivavam 2 milhões de hectares. Juntas, as cooperativas e as propriedades estatais eram responsáveis por 93% da produção agrícola do país.

A determinação da produção para o período era feita pelo Estado, por meio dos planos quinquenais. Para atendê-la, cada cooperativa organizava seu próprio plano de produção, fruto das propostas apresentadas pelos cam-

poneses e aprovadas em assembleia, fato que, aliás, se repetirá em todas as experiências aqui analisadas.

Os preços de compra da produção eram estabelecidos também pelos planos em escala nacional, levando em conta as condições médias de produção, de modo a cobrir os custos e propiciar uma remuneração média aos produtores. Esses preços eram garantidos para toda a produção, inclusive para o volume que eventualmente ultrapassasse o compromisso contratual. Os ganhos suplementares eram decorrentes da diminuição dos custos de produção, o que dependia dos investimentos realizados por cada cooperativa. Nos casos em que isso era possível, uma parte era repartida entre os camponeses e a outra ia para o orçamento nacional, com o objetivo de auxiliar as cooperativas em dificuldade.

### **A Hungria**

Segundo Flavien e Lajoinie (1976), até 1945, a estrutura agrária húngara caracterizava-se pela existência da grande propriedade latifundiária, de um lado, e por um grande número de camponeses em luta pela terra, de outro. Enquanto 1,7 milhão de pequenos e médios camponeses cultivavam 50% das terras, os outros 50% concentravam-se nas mãos de 12 mil proprietários. Esse fato, aliado a técnicas de trabalho rudimentares, resultavam em uma produção agrícola extremamente precária.

Em 1945, ao assumir o poder, o governo socialista realizou uma nova reforma agrária<sup>36</sup>, limitando a área máxima por propriedade a 57 hectares. O excedente, bem como as terras pertencentes à Igreja, foi atribuído a um fundo agrário, que ficou com a posse de 3,2 milhões de hectares. Desse fundo, 1,9 milhão de hectares foram entregues a 642 mil pequenos camponeses e trabalhadores agrícolas. O restante (1,3 milhão de hectares) foi destinado à criação de grandes propriedades estatais. “Com efeito, a distribuição da propriedade passou a ser a seguinte: 51% dos proprietários tinham uma superfície média de 4,6 hectares, 34% de 4,6 a 14,3 hectares e 15% tinham mais de 14 hectares” (Flavien; Lajoinie, 1976, p. 79).

Apesar de fornecer a terra aos camponeses, o governo não forneceu as condições de acesso aos meios de produção adequados para a exploração da terra, o que impedia a efetivação do aumento da produção agrícola de modo a atender as necessidades alimentares do país. As propriedades estatais, por sua vez, também não eram capazes de satisfazer, sozinhas, tais necessidades.

---

<sup>36</sup> A primeira reforma agrária da Hungria havia sido realizada em 1919, mediante algumas desapropriações, com indenização, mas mantendo em grande parte a grande propriedade.

Tentando solucionar o problema, o governo criou grandes cooperativas de produção, as quais, por falta de recursos, não podiam equipar-se com maquinários, não dispunham de adubos e outros produtos químicos, possuíam instalações velhas e inadaptadas e, por fim, não dispunham de homens com muita experiência na organização e direção de uma empresa.

Para amenizar o quadro, o governo solicitou aos camponeses mais abastados que emprestassem seus instrumentos de trabalho àqueles que não tinham como cultivar suas terras e, ao mesmo tempo, criou unidades de material agrícola, colocando-as à disposição das cooperativas, mas os resultados continuavam aquém do esperado. Tal fato forçou o governo a adotar um sistema de entregas obrigatórias, feitas a um preço artificial, que não refletia nem os preços de produção, nem os de mercado. Por outro lado, a indústria, em franco crescimento, necessitava de mais trabalhadores e remunerava-os melhor, funcionando como um atrativo a uma boa parcela dos camponeses, que abandonavam suas terras, partindo para a cidade, quadro que exigiu do governo novas medidas. Assim, em 1956, ele pôs fim ao sistema de entregas obrigatórias e criou o mecanismo dos contratos de produção com preços realistas, em vigor nos demais países socialistas.

Com essa nova orientação, em três anos, foi possível acabar com as tensões e elevar a produção. Aos poucos, os resultados das cooperativas mostraram aos camponeses individuais que as vantagens por elas promovidas não seriam igualladas pela produção individual<sup>37</sup>. Em meados de 1961, a quase totalidade dos proprietários individuais havia ingressado em alguma cooperativa.

Ao entrar na cooperativa, o camponês conservava 0,57 hectare para a exploração individual, colocando o restante à disposição da cooperativa, que lhe pagava uma renda por sua utilização, em quilos de cereais.

O gado que a exploração individual não podia alimentar foi comprado pela cooperativa e pago aos aderentes graças a um financiamento do governo. [...] Além disso, o cooperante que entrou para a herdade cooperativa sem lhe fornecer terra porque não a possuía, não deixa[va] de receber a sua parcela para que também ele [tivesse] a sua exploração pessoal auxiliar (Flavien; Lajoinie, 1976, p. 83).

A cooperativa era uma organização econômica com autonomia de gestão, cabendo à assembleia demitir e eleger sua direção, inclusive o presidente. O camponês podia sair da cooperativa quando desejasse, doando sua terra ou

<sup>37</sup> Além das vantagens relativas à produção e comercialização, o governo ampliou os direitos à aposentadoria aos 65 anos para mulheres e 70 anos para homens ligados a uma cooperativa, o que funcionou como um estímulo ainda maior para a adesão por parte dos camponeses individuais.

vendendo-a. Neste caso, a preferência de compra era da cooperativa, o que não significava que um camponês individual não pudesse adquiri-la, dentro dos limites de área admitidos para uma exploração familiar.

[Eram] os cooperantes que decid[ia]m sobre a organização do trabalho, a repartição dos resultados e o modo de os calcular. O plano de produção [era] discutido ponto por ponto no âmbito das orientações gerais do plano nacional de desenvolvimento. Numerosas reuniões por ramo de produção prepara[va]m as assembleias gerais que se realiza[va]m duas vezes por ano.

O governo [criou] certos estímulos quando uma produção [...] deve[ria] ser mais desenvolvida do que as outras. Esses estímulos pode[ria]m tomar a forma de um certo aumento dos preços para a produção, uma diminuição de certos fatores do custo de produção, assim como subsídios, por vezes importantes, para os investimentos necessários.

As cooperativas de produção [tinham] a sua representação central através do Conselho Nacional das Cooperativas Agrícolas de Produção. [...] Os membros deste Conselho Nacional [eram] eleitos, por quatro anos, pelos delegados das assembleias gerais das cooperativas (Flavien; Lajoinie, 1976, pp. 88-9).

A jornada de trabalho de um camponês húngaro era de 10 horas diárias, em 240 dias do ano, e um dia de descanso por semana. A idade para aposentadoria, que era de 60 anos para as mulheres e 65 para homens, foi alterada no final dos anos 1980, para 55 anos no caso das mulheres e 60 anos para os homens, fato que equiparou os camponeses aos operários. Os camponeses individuais podiam aposentar-se contribuindo pessoalmente com um caixa de aposentadoria. A maioria das cooperativas pagava um complemento da aposentadoria equivalente a 30% daquela paga pela previdência social.

Segundo Flavien e Lajoinie (1976), a agricultura húngara deu um importante salto, incentivando a criação de unidades de produção que iam desde a produção de matéria-prima até a entrega do produto pronto para consumo. Essa experiência foi iniciada por algumas cooperativas, em pequeno número, na avicultura e na suinocultura. Parte da produção era vendida no próprio local e o restante era comercializado por meio de postos de venda espalhados pelo país, ou era ainda exportado.

### **A ex-Iugoslávia**

De acordo com Flavien e Lajoinie (1976), em 1939, às vésperas da Segunda Guerra Mundial, a indústria iugoslava estava em um estado embrionário, cabendo à agricultura a parte principal da atividade econômica. A população agrícola correspondia a 76% da população total. A pequena unidade de produção era a que predominava. As técnicas de trabalho eram simples e uma par-

te significativa da produção destinava-se ao autoconsumo, uma vez que a área ocupada pela maioria das propriedades era muito pequena e só com dificuldade possibilitava a garantia do provimento dos recursos necessários à reprodução da família, fato que colocava os camponeses numa situação de constante endividamento. Nessas condições, muito pouco sobrava para ser comercializado.

Em 1941, a Iugoslávia entrou na guerra ao lado da Tríplice Aliança dos países do Eixo, o que lhe custou um amplo movimento de protesto, desencadeado pelo PC iugoslavo e concretizado pela queda do então governo. Logo em seguida, as tropas alemãs e italianas atacaram a Iugoslávia, e o PC iugoslavo passou a organizar o movimento de resistência aos agressores. Em novembro de 1945, a Assembleia Constituinte proclamou a República Popular da Iugoslávia, que, a partir de então, passou a caminhar pela via socialista.

Com o término da Segunda Guerra Mundial, o país estava devastado: a indústria incipiente havia sido praticamente destruída e a agricultura havia sofrido grandes perdas materiais. Cerca de 70% da população ativa permanecia na área rural, o que significava dizer que a agricultura seguiria sendo a principal fonte de rendimento para a população por certo tempo. Restava ao governo oferecer condições para que ela pudesse se desenvolver.

O primeiro passo foi dado em 1945, libertando o campesinato de suas dívidas, tanto por anulação quanto por reembolso sem juros e com facilidade de pagamento. A situação do país forçava a exploração das terras em pequenas unidades familiares, tendo uma lei fixado o máximo de terra que cada proprietário poderia possuir entre 25 e 35 hectares, de acordo com a região, e três hectares aos trabalhadores da cidade, desde que os utilizassem efetivamente.

O Fundo Fundiário recebeu as terras provenientes dos grandes proprietários, as terras dos bancos e sociedades por ações, as dos súditos do Reich alemão, das famílias desaparecidas, as propriedades de agricultores reinstalados noutras explorações e as terras das explorações que ultrapassavam o máximo previsto pela lei (Flavien; Lajoinie, 1976, p. 103).

Essas terras totalizaram mais de 1,5 milhão de hectares, dos quais mais da metade foi distribuída aos agricultores individuais. Formaram-se ainda algumas grandes propriedades estatais e cooperativas agrícolas que, tecnicamente pouco equipadas e não raro esparsas, acabaram desempenhando um papel modesto por muitos anos.

A reforma agrária realizada em 1945 buscou satisfazer a necessidade essencial dos camponeses: a terra. Contudo, a possibilidade de desenvolvimento técnico encontrava-se impedida. Além disso, como 70% da população estava localizada no campo, a parcela de produtos agrícolas enviados aos centros urbanos era insuficiente, o que forçou o governo a adotar medidas como o racio-

namento do consumo, a requisição de produtos a preços fixos e a cobrança de um imposto progressivo sobre o rendimento agrícola. O passo seguinte foi o incentivo à formação de cooperativas de produção.

Nessas cooperativas, os cooperantes traziam as suas terras e os seus meios de produção para a sua utilização em comum. Cada um podia conservar uma parcela individual de um hectare. Os meios de produção que se tornavam propriedade da cooperativa eram reembolsados em dinheiro aos cooperantes que os tinham fornecido. A repartição dos rendimentos entre os cooperantes era feita em gêneros ou em dinheiro, com base no trabalho efetuado na cooperativa.

Formaram-se também estações de tratores que, dado o número reduzido de tratores de que o país dispunha, se encarregavam de vigiar se o material era utilizado da maneira mais racional possível (Flavien; Lajoinie, 1976, p. 104).

O governo, porém, logo concluiu que as cooperativas não dispunham dos meios necessários para ampliar a produção. O que havia ocorrido fora a união de recursos muito semelhantes. Os camponeses individuais, por sua vez, não se viam incentivados a produzir mais sob pena de pagar mais impostos. Era necessário, pois, que a transformação da agricultura fosse feita de forma gradual, em harmonia com o desenvolvimento do conjunto da economia e a formação das condições que permitissem a substituição da produção individual pela produção cooperativa.

Visando alcançar esse objetivo, a partir de 1953, o governo iugoslavo realizou uma nova reforma agrária, reduzindo o máximo de terras que cada camponês poderia dispor para 10 a 15 hectares, de acordo com a região. Ao mesmo tempo, estabeleceu uma política agrícola mais adaptada às condições reais do campesinato, por medidas tais como uma lei de incentivo às cooperativas, a suspensão do sistema de entregas obrigatórias, a substituição do imposto sobre rendimento por um imposto baseado no rendimento cadastral, além de medidas que visavam estimular os não camponeses a desfazerem-se de suas terras. Nessa época, também se desenvolveram as cooperativas de “tipo geral”, reunindo produtores individuais e centrando “suas atividades nos empréstimos de material, nos conselhos técnicos, no abastecimento e na venda dos produtos agrícolas” (Flavien; Lajoinie, 1976, p. 107). Essas cooperativas recebiam apoio do Estado sob a forma de empréstimos e subsídios e desempenharam um importante papel na ampliação da mecanização, utilização de adubos e outros métodos modernos de cultivo.

Além dos diversos tipos de cooperativas, outro tipo de organização que existia no campo iugoslavo e que merece ser destacado era o **combinado agrícola**, uma empresa autônoma, gerida pelas assembleias gerais dos trabalha-

dores realizadas no mínimo uma vez por mês, e responsáveis pela decisão de todos os seus problemas, até dos menos importantes. A terra e as instalações eram propriedade do **combinado** e estavam à disposição dos trabalhadores.

As decisões vitais dev[ia]m ser aprovadas pela maioria de 2/3 dos membros do combinado. Para os problemas menos importantes [era] suficiente uma maioria de 51%. A assembleia geral decid[ia] a venda ou a compra eventuais das terras ou do material, que se torna[va] propriedade do combinado. Decid[ia] sobre as grandes linhas da produção, da transformação dos produtos, do volume de rendimento a dedicar aos investimentos produtivos, das diferentes grandes ações a empreender etc.

A atividade do combinado não diz[ia] apenas respeito à produção agrícola. [Era] uma organização vertical da economia agrária, que [ia] do abastecimento à transformação dos produtos agrícolas [...] e à venda destes produtos (Flavien; Lajoinie, 1976, pp. 111-2).

Além da assembleia, existia ainda um conselho formado por dois delegados de cada organização elementar, responsável pela direção nos intervalos entre uma assembleia e outra. Esses delegados não podiam ser reeleitos, mas podiam ser demitidos a qualquer momento, por decisão da assembleia geral.

O órgão operacional [era] formado pelo colégio dos diretores dos diferentes setores: [era] um organismo executivo que leva[va] à prática as decisões. Os diretores [eram] empregados do combinado nomeados para este posto pela assembleia geral. [Era] esta que contrata[va] novos trabalhadores de acordo com as necessidades da empresa. O trabalhador contratado torna[va]-se então membro de pleno direito do combinado.

Cada organização de trabalho [tinha] seus próprios órgãos de direção, o seu conselho e a sua assembleia geral. Esta forma de organização exig[ia] a responsabilidade e a solidariedade de todos os membros do combinado. As propostas e os projetos submetidos à assembleia geral [eram] elaborados e aprovados pelos órgãos especializados e os órgãos executivos. Mas todas as ideias emitidas por um trabalhador pod[ia]m ser apresentadas por ele próprio à assembleia geral de sua organização elementar que as transmitir[ia] à assembleia geral, que por sua vez decid[iria] sobre a sua aceitação (Flavien; Lajoinie, 1976, pp. 112-3).

A remuneração dos trabalhadores no interior dos **combinados** era feita de acordo com o resultado de seu trabalho, levando em conta a dificuldade do trabalho realizado, o seu grau de responsabilidade e a qualificação que exigia. Para eventuais problemas – como um balanço negativo, por exemplo – havia um fundo de reserva.

Ainda em meados da década de 1970, 85% das terras agrícolas eram cultivadas por camponeses de forma individual, o que exigiu do Estado uma nova

intervenção, a fim de que as condições de produção fossem melhoradas e os camponeses pudessem produzir mais, melhor e mais barato. Foram então propostos diferentes tipos de cooperativas. Uma delas foi a cooperação permanente em longo prazo, com os **combinados agrícolas** e as cooperativas de transformação. Nesse sistema, o produtor entregava seus meios de produção e assinava um contrato por um período determinado (10 ou 15 anos, por exemplo). Anualmente, era decidido

[...] um plano de produção por acordo recíproco entre o agricultor e o organismo cooperativo ou o combinado. Estes fornec[ia]m ao agricultor os adubos, sementes, produtos químicos, ajuda e conselhos técnicos, o material ou os serviços de que necessita[va] para realizar as produções decididas em comum. O combinado ou a cooperativa compromet[ia]m-se a ficar com a totalidade da colheita a um preço mínimo garantido. No final da campanha estabelec[ia]-se um balanço da colheita, tendo em conta o preço de venda real, se este ultrapassa[va] o preço mínimo garantido. Este balanço determina[va] a parte que cab[ia] ao agricultor.

Nesta modalidade o agricultor continua[va] a ser proprietário das suas terras e senhor do seu poder de decisão. Est[ava] ligado pelo seu contrato, mas em contrapartida beneficia[va] de todos os meios de produção que o seu interlocutor lhe pod[ia] fornecer. Os agricultores que escolheram esta modalidade efetuava[va]m o seu trabalho com material moderno, num tempo mais curto, com muito menos fadiga (Flavien; Lajoinie, 1976, pp. 109-10).

Existiam ainda outras formas de associação, como os contratos firmados entre vários agricultores para a compra de material em comum e/ou para a venda de sua produção, ou ainda a cooperação realizada entre os camponeses individuais e as diversas organizações econômicas, em determinadas produções de interesse dos camponeses.

## A Polónia

De acordo com Flavien e Lajoinie (1976), a Polónia anterior a 1944 era um país essencialmente agrícola, com uma população camponesa e rural vivendo na dependência do latifúndio, que detinha 50% das terras agrícolas. Não havia um movimento cooperativo como nos demais países da Europa. Em seu lugar, estavam os **círculos agrícolas**, uma rede de associações de divulgação das técnicas agrônômicas.

Com a derrota da Alemanha nazista (1944), a Polónia recuperou cerca de 6 milhões de hectares de terras agrícolas nos ex-territórios alemães. De posse dessas terras, realizou, então, sua reforma agrária, distribuindo 3,7 milhões de hectares entre 500 mil famílias camponesas, a título de propriedade plena, por

preços bem abaixo dos do mercado e condições de pagamento facilitadas. Nas áreas recém-adquiridas, como havia também a necessidade de povoamento, a área explorada por família foi limitada a cem hectares.

Nos territórios da antiga Polônia a reforma agrária liquidou o latifúndio e fixou em 50 hectares a superfície máxima por exploração. Libertaram-se, assim, centenas de milhares de hectares de terra. As maiores propriedades foram transformadas em herdades estatais (Flavien; Lajoinie, 1976, pp. 128-9).

Da mesma forma que nos casos anteriormente citados, resolvido o problema da terra, restava o problema das condições e das estruturas das explorações familiares. Outro problema existente no campo polaco era a necessidade enfrentada pelos camponeses de possuírem outra atividade, como assalariados, para a complementação da renda familiar, face ao tamanho reduzido de mais da metade das propriedades camponesas, ficando o trabalho na propriedade sob responsabilidade da mulher. Mesmo assim, as unidades camponesas respondiam por 83% da produção agrícola do país.

A produção das explorações individuais [era] recolhida, armazenada, transformada e entregue aos estabelecimentos de distribuição por organismos de tipo cooperativo. [Era] com estes organismos que os produtores agrícolas se liga[va]m por contratos em geral plurianuais, que fixa[va]m o volume e os preços da produção.

Deste ponto de vista, o agricultor pod[ia] prever a sua produção em bases sólidas (Flavien; Lajoinie, 1976, p. 132).

Um dos instrumentos de planificação da economia agrária mais utilizados para a exploração agrícola coletiva eram os **círculos agrícolas**. Eles possuíam os principais e mais modernos instrumentos de trabalho, forneciam adubos e outros produtos químicos, realizavam

[...] contratos de produção com os seus membros e, depois, nesta base, com os organismos de armazenagem e transformação dos produtos agrícolas. Repara[va]m as máquinas, constr[uía]m habitações, instalações para a criação de gado, equipamentos coletivos. Compra[va]m terra e pod[ia]m recebê-la do Fundo Nacional. Coopera[va]m com o setor agrícola do Estado. Cria[va]m instalações industriais para o tratamento da produção, em geral sob a forma de cooperativas intercírculos. Reun[ia]m-se em união que agrupa[va] 10 a 15 aldeias (Flavien; Lajoinie, 1976, p. 134).

Administrados por agricultores eleitos pela assembleia geral, eles realizavam os mais diversos tipos de atividade.

As propriedades estatais também se faziam presentes no campo polaco, tendo surgido para evitar o retalhamento das grandes propriedades. Orientada para a procura de uma cooperação interempresa, a fim de desenvolver a especialização, essas propriedades interessavam a muitos proprietários individuais, sobretudo os mais jovens, “atraídos pela natureza do trabalho nessas grandes empresas: trabalho cada vez mais especializado, mecanizado, limitado quotidiana, semanal e anualmente, com a reforma aos 60 anos para os homens e 55 para as mulheres” (Flavien; Lajoinie, 1976, p. 136). Além disso, as propriedades estatais estavam entre os organismos autorizados a comprar as terras dos camponeses idosos. Como não existia aposentadoria prevista em lei para os proprietários individuais, a venda das terras para uma propriedade estatal, um círculo agrícola ou uma cooperativa de produção era uma maneira de garantir o recebimento de uma renda vitalícia, cujo montante era calculado em função da superfície entregue, a partir de dois hectares.

As cooperativas de produção eram mais uma alternativa para o campesinato. Embora em número reduzido, elas dividiam-se em dois tipos distintos, um abrangendo apenas a produção vegetal, e outro – o que predominava – englobando todas as atividades produtivas de seus integrantes. As terras das cooperativas continuavam pertencendo aos cooperantes, mas nem todos eram proprietários. Havia, entre eles, especialistas, como, por exemplo, veterinários. As cooperativas podiam ainda receber terras tanto do Fundo Agrário Nacional quanto dos proprietários idosos, que as cediam em troca de uma renda. Elas eram dirigidas por um conselho administrativo e um presidente, eleitos pela assembleia geral. Os cooperantes possuíam os mesmos direitos trabalhistas usufruídos pelos trabalhadores de outros setores da economia. Quase todas as cooperativas procediam à repartição do rendimento “em função da qualidade do trabalho fornecido e do número de dias de trabalho, segundo o princípio da qualificação atribuída a cada operação e segundo as condições em que se efetua[vam] e os meios técnicos utilizados” (Flavien; Lajoinie, 1976, p. 138).

No que diz respeito ao financiamento agrícola, eram quatro os tipos possíveis, cada um dos quais ligado a uma forma de propriedade da terra, a saber: os fundos próprios das empresas coletivas e individuais; os fundos do orçamento do Estado que financiavam as propriedades estatais; os fundos de desenvolvimento da agricultura que financiavam os **círculos agrícolas**; e os créditos bancários, que forneciam empréstimos a juros baixos para todos os tipos de exploração agrícola. Além desses, os proprietários individuais dispunham de uma cooperativa de “economia e empréstimo”, que desempenhava o papel de organismo de crédito agrícola.

Segundo Flavien e Lajoinie (1976), cerca de 85% da produção era destinada à indústria alimentícia. O sistema de contratos dava segurança de es-

coamento da produção aos produtores e permitia a especialização e a regionalização da produção, tendo em conta as condições locais. Visando efetivar a realização e execução dos contratos, existiam também as cooperativas de abastecimento, que combinavam o fornecimento dos meios de produção às demais atividades complementares à produção agrícola.

Os preços dos produtos eram os mesmos em todo o país, e garantidos a todos por meio dos contratos de produção. Além disso, os preços pagos aos produtores eram praticamente os mesmos cobrados aos consumidores.

### **A ex-República Democrática Alemã**

De acordo com Flavien e Lajoinie (1976), em 1939, a estrutura fundiária na Alemanha Oriental era muito concentrada: 29,7% das terras agrícolas estavam distribuídas entre propriedades acima de cem hectares e eram ocupadas por 1,1% de proprietários, ao passo que 20,8% das terras agrícolas estavam distribuídas entre propriedades de 0,5 a 10 hectares, ocupadas por 72,4% dos proprietários. A guerra causou grandes perdas – sem contar a obrigatoriedade da entrega de toda a produção ao Estado – e, diante da iminência da derrota, o Estado colocou em prática a política da “terra queimada”, destruindo muitas aldeias, sobretudo na área próxima à então URSS.

Visando reverter o quadro, a partir de 1945, algumas medidas foram tomadas de modo a assegurar a primeira colheita e impulsionar o desenvolvimento da agricultura.

Organizou-se o auxílio mútuo entre as cidades e o campo, fornecendo mão de obra e meios técnicos à agricultura e para o abastecimento das cidades em produtos alimentares. As leis agrárias nazistas foram abolidas, nomeadamente as entregas obrigatórias. Nas aldeias criaram-se órgãos democráticos de gestão autônoma.

Introduziu-se um sistema de entregas parciais a preços fixos, que encorajava os camponeses a aumentar a produção. O volume das entregas era fixado de acordo com a qualidade do solo e a situação social do camponês. Se trabalhasse bem ficava-lhe um excedente de que podia dispor livremente e vender a preço mais elevado.

Os camponeses voltavam a ter o direito de dispor da sua produção e tinham um interesse material no seu aumento (Flavien; Lajoinie, 1976, p. 157).

Além disso, em fins de 1945, foi elaborado um programa de reforma agrária que expropriou, sem indenização, não apenas todas as propriedades acima de cem hectares (inclusive com material, equipamento e gado), como também aquelas menores de cem hectares que pertenciam a criminosos de guerra e nazistas ativos, terrenos de monopólios industriais e de bancos,

e propriedades das organizações fascistas. Algumas terras foram mantidas como propriedade nacional, como, por exemplo, as da Igreja.

Na redistribuição das terras, os camponeses pagaram uma pequena quantia para arcar com as despesas do parcelamento. Eles tornaram-se proprietários a título pleno da exploração, com direito a herança, mas sem direito à venda, arrendamento ou hipoteca. Essa medida foi adotada para evitar um novo processo de especulação e concentração de terras. “Em caso de cessação da exploração, a terra devia voltar ao fundo agrário para ser novamente distribuída” (Flavien; Lajoinie, 1976, p. 160).

O passo seguinte foi a criação das condições necessárias à sua consolidação, por meio de medidas que fortaleceram as condições de produção. Para tal, os camponeses organizaram mecanismos de ajuda mútua que culminaram com a criação da “Associação de Entreatajuda Camponesa”. Esta, por sua vez, criou as cooperativas comerciais camponesas, responsáveis pela reorganização das antigas cooperativas agrícolas. Em 1949, o governo apoiou a constituição de unidades estatais de empréstimo de maquinário – mais tarde substituídas pelas unidades de máquinas e tratores –, de modo a auxiliar na mecanização do trabalho. Em 1952, um novo passo foi dado na direção do cooperativismo, com a criação das cooperativas de produção por iniciativa camponesa. Na ocasião, o Estado forneceu o apoio àqueles que optaram por organizar-se nessas cooperativas, mas não obrigou sua propagação em larga escala. Ao contrário, o princípio da adesão voluntária foi mantido, de tal forma que esse movimento só se generalizou em 1960, oito anos após seu início.

Os estatutos-tipo das cooperativas de produção foram elaborados no final de 1952, por uma assembleia de presidentes das cooperativas, a fim de que pudesse ser organizada a cooperação em função das condições naturais e econômicas e de acordo com suas próprias aspirações.

Os estatutos-tipo constitu[í]am a base jurídica das cooperativas. Enuncia[va]m os fins gerais do cooperativismo agrícola de produção, [...] determina[va]m os princípios da utilização da terra, do material da cooperativa, da criação de gado cooperativo, as condições de admissão, as obrigações da cooperativa, da sua direção e dos aderentes, a organização do trabalho, a distribuição dos rendimentos, o modo de direção, assim como as dimensões da exploração individual de cada família.

Foram adotadas três formas de cooperativas correspondentes às condições naturais, sociais, econômicas, bem como ao estado do equipamento local. As diferenças resid[ia]m no grau de utilização coletiva dos meios de produção, do trabalho e da remuneração (Flavien; Lajoinie, 1976, p. 164).

Nas **cooperativas tipo I**, o grau de utilização comum dos meios de produção e de distribuição da produção era o mais baixo. Somente as terras haviam

sido entregues à cooperativa para serem trabalhadas em comum. O restante podia ser explorado individual ou coletivamente, dependendo do que estipulasse o estatuto. Outros meios de produção (como os tratores) permaneciam como propriedade individual dos camponeses, sendo colocados à disposição da cooperativa – enquanto ela não era dotada de equipamentos modernos, incluindo os que eram alugados das unidades de máquinas e tratores – mediante o pagamento de uma renda.

Neste tipo de cooperativa, os rendimentos das culturas, após dedução dos custos de produção e das somas destinadas aos investimentos necessários, [eram] distribuídos à razão de 60% em função da qualidade e da quantidade de trabalho efetuado, e de 40% conforme a qualidade e a quantidade das terras entregues à cooperativa (Flavien; Lajoinie, 1976, p. 165).

Nas **cooperativas tipo II**, além das terras, os camponeses entregavam pastagens, matas, animais de tiro, maquinários e galpões para alojá-los. Permaneciam como propriedade individual apenas o gado e o curral. “Os lucros cooperativos [eram] distribuídos na base de 70% para o trabalho fornecido e 30% para a terra” (Flavien; Lajoinie, 1976, p. 165).

Nas **cooperativas tipo III**, o cooperativismo era completo. Os cooperantes entregavam terras, gado, maquinários e construções à cooperativa.

A distribuição dos rendimentos da cooperativa, depois de deduzido o quantitativo a atribuir ao fundo de investimentos, faz[ia]-se na base de, pelo menos, 80% para o trabalho fornecido e 20% para as terras postas à disposição da cooperativa. Mensalmente, [era] pago aos aderentes um adiantamento sobre a remuneração do seu trabalho.

Os estatutos destas cooperativas fixavam a superfície que os camponeses cooperados podiam conservar, em geral meio hectare, podendo ainda ter duas vacas, duas porcas e os seus leitões e os carneiros e aves que quise[ss]em. Os produtos das explorações individuais eram destinados ao consumo familiar e a venda do seu excedente constitu[ía] um rendimento complementar para a família (Flavien; Lajoinie, 1976, p. 166).

Os três tipos de cooperativas possuíam o mesmo tipo de gestão: seu órgão máximo era a assembleia, em que todos tinham direito a voz e voto, e onde eram discutidos os problemas mais importantes da cooperativa. Essa assembleia elegia um comitê diretor e um presidente, responsáveis pela gestão da cooperativa, e uma comissão de controle, responsável por supervisioná-los, de modo a garantir a aplicação de todas as decisões e o respeito aos estatutos. Além disso, foi criada uma série de comissões – da terra, da mulher, do trabalho –, de modo a assegurar a maior participação de seus membros.

O Estado contribuiu para o desenvolvimento das cooperativas, criando uma política de preços, impostos e créditos, investindo na formação qualitativa dos quadros de direção das cooperativas, bem como criando unidades de máquinas e tratores que emprestavam o maquinário aos camponeses e às cooperativas a tarifas baixas etc.

Desde o início da década de 1960, houve um reagrupamento entre as cooperativas, de tal forma que as de **tipo III** passaram a destacar-se. Além das cooperativas, havia também as propriedades estatais – as propriedades piloto –, que “especializaram-se como centros de seleção ou centros de produção vegetal e de criação de gado” (Flavien; Lajoinie, 1976, p. 171).

As atividades das cooperativas de produção e das propriedades estatais eram orientadas e coordenadas pelos planos quinquenais e pelos planos anuais de desenvolvimento agrícola, sendo que, nas cooperativas, todos participavam da elaboração de um projeto, o qual era votado em assembleia e encaminhado aos órgãos competentes para sua finalização. Os planos das cooperativas dividiam-se por equipe, produção e trabalho, de modo a otimizar sua execução. Outra modificação introduzida foi a substituição do sistema de entrega obrigatória por um sistema de preço único por produto de uma determinada qualidade.

Para avançar na criação de grandes unidades de produção, passou-se a investir no incentivo à associação entre cooperativas e propriedades estatais. As associações tinham os mais diversos objetivos, tais como a utilização de maquinário em comum, a constituição de um caixa comum para uma construção de grande porte, a criação de um centro agrônômico para adubação e distribuição de pesticidas, entre outros. Dessa forma, difundiam-se experiências e promovia-se um desenvolvimento mais homogêneo.

Outra forma que se desenvolveu bastante foi a associação com vistas à especialização das cooperativas por cultura. Com isso, várias cooperativas se reuniam para trabalhar a terra em conjunto, sob uma direção técnica única – o conselho de cooperação –, composta por representantes eleitos das diferentes cooperativas associadas. Esses conselhos eram responsáveis pela elaboração de seus próprios planos, levando em conta os planos de cada uma das cooperativas associadas. No início, o fundo material e financeiro dessas associações foi constituído por cada cooperativa. Com o tempo, elas passaram a dispor de fundos próprios, que lhes permitiram realizar investimentos importantes, tais como a compra de material, a realização de trabalhos de beneficiamento de terras etc. Essa prática nada mais era do que a divisão e especialização do trabalho entre as cooperativas.

## **A Romênia**

Conforme Flavien e Lajoinie (1976), durante boa parte da Segunda Guerra Mundial (entre 1940 e 1944), a Romênia foi governada por uma ditadura fascista levada a cabo pela ação de grupos fascistas romenos apoiados pela Alemanha<sup>38</sup>. A situação de usurpação do território e de perda dos direitos políticos levou o PC romeno a apelar para as forças antifascistas, visando a realização de uma frente nacional que derrubasse a ditadura e invertesse o sentido da luta. O resultado foi a constituição do Bloco Nacional Democrático, em junho de 1944, “que reunia ao lado do Partido Comunista Romeno e do Partido Social-Democrata, os partidos ‘nacional-camponês’ e ‘nacional-liberal’” (Flavien; Lajoinie, 1976, p. 204). O resultado foi a insurreição de agosto de 1944, que levou à prisão de Antonescu<sup>39</sup> e à libertação da capital, Bucareste, por ação do exército romeno.

Em setembro de 1944, após a assinatura da Convenção de Armistício, a Romênia passou a lutar do lado soviético contra a Alemanha, a fim de obter novamente seu território ocupado pelos nazistas. Com a vitória, estabeleceu-se, em março de 1945, o primeiro governo democrático<sup>40</sup>, responsável por várias transformações, entre elas a realização da reforma agrária, liquidando os resquícios latifundistas e nacionalizando os meios de produção, base para o desenvolvimento planejado da economia. Apesar da realização da reforma agrária, o governo definiu como prioridade o desenvolvimento da atividade industrial, por meio da qual se realizariam progressos em direção à modernização da agricultura.

Com a realização da reforma agrária, em 1945, foram

[...] expropriadas, com o equipamento agrícola correspondente, todas as terras pertencentes aos grandes proprietários rurais, as dos que arrendavam mais da metade das terras, assim como as terras dos colaboradores dos nazistas. Os grandes proprietários ficaram apenas com a terra que se comprometeram a trabalhar (Flavien; Lajoinie, 1976, p. 207).

<sup>38</sup> De acordo com Flavien e Lajoinie (1976), os grupos fascistas da Romênia, com apoio financeiro e político dos nazistas, obrigaram o rei a abdicar em favor de seu filho, em setembro de 1940. Uma vez no poder, Antonescu instaurou uma ditadura fascista que subordinou a Romênia aos interesses da Alemanha de Hitler. Tal fato, além de promover o fim de todos os direitos e liberdades existentes e conduzir o país a lutar contra a URSS, resultou também num amplo processo de ocupação e pilhagem do seu território.

<sup>39</sup> Contribuiu para esse resultado – que marca o fim de Antonescu – a derrota alemã na frente russa.

<sup>40</sup> Até então a Romênia tinha sido governada ora por uma monarquia constitucionalista, ora por uma ditadura.

A terra expropriada, juntamente com o material correspondente, foi atribuída aos camponeses sem terra e àqueles cujas explorações tinham menos de cinco hectares, livres de dívidas e gratuitamente.

A entrega das terras aos camponeses foi seguida da proibição de sua venda, a fim de evitar um novo processo de concentração fundiária. A situação de miséria em que o campesinato se encontrava, por sua vez, dificultava a exploração dessas terras. Para solucionar o problema, os camponeses criaram as cooperativas agrícolas de produção, de modo a utilizar melhor as máquinas existentes e organizar o trabalho de forma mais racional. Foram estabelecidos diversos tipos de cooperativas, mas, em todos os casos, os camponeses podiam reservar uma parte de suas terras para exploração individual, bem como seus utensílios pessoais, animais e a casa onde moravam.

Era elaborado um programa de cultura de acordo com os serviços do Estado que, por um lado, se comprometia em troca a adquirir a totalidade da produção prevista pelo contrato e, por outro lado, a fornecer ao agricultor tudo o necessário à realização das produções pretendidas (Flavien; Lajoinie, 1976, pp. 208-9).

Além disso, outras medidas foram adotadas pelo governo de modo a incentivar o desenvolvimento das cooperativas, como o fornecimento de crédito sem juros, o oferecimento de empréstimos a curto, médio e longo prazo e juros baixos, além da distribuição gratuita de máquinas e produtos para tratamentos fitossanitários.

A cooperativa agrícola de produção era dirigida por um conselho de direção eleito pela assembleia geral, com um número de membros que variava de 13 a 21. As regras de funcionamento estavam presentes no estatuto. No caso de ingresso de novo membro, a decisão deveria ser tomada pela assembleia. No caso de saída, o estatuto estabelecia que o trabalho fornecido seria pago no final do ano, e que os bens entregues quando da adesão à cooperativa seriam reembolsados.

A assembleia geral também era responsável pela aprovação dos planos de desenvolvimento e de produção, pela análise das possibilidades de valorização da produção e pela decisão sobre a venda, em função dos contratos concluídos. Além disso, tinha “poderes sobre as formas de organização do trabalho, as normas específicas de cada tipo de trabalho, as tarifas de pagamento e as formas de retribuição” (Flavien; Lajoinie, 1976, p. 213).

Da mesma forma que nos outros casos, as cooperativas também realizavam planos para produção e contratos de fornecimento, garantindo-se, assim, preços e escoamento para a produção contratada. No caso de excedentes, os cooperantes podiam escolher se os entregariam aos organismos de

recepção ou ao setor cooperativo de consumo, formado por uma união de comerciantes que compravam o excesso de produção das cooperativas e dos camponeses individuais. Algumas cooperativas buscavam comercializar o produto acabado, de modo que os camponeses pudessem participar de todo o processo produtivo.

O Estado também estava presente na exploração agrícola por meio de dois tipos de empresas. Um deles, as propriedades estatais, eram grandes e modernas unidades de produção, responsáveis pela organização das grandes produções agrícolas. Nessas propriedades, a terra e os meios de produção pertenciam ao Estado e os trabalhadores eram assalariados. O outro tipo, as empresas para mecanização da agricultura, era responsável pela execução dos trabalhos agrícolas para todas as cooperativas, bem como pela assistência técnica às mesmas (inclusive às propriedades estatais).

#### **4.1.3 China: da ajuda mútua às Comunas Populares Rurais**

Ao longo de sua história – e sobretudo no século XIX –, a China enfrentou diversos problemas, tais como usurpações estrangeiras, lutas internas, difusão da indústria e comércio em detrimento da agricultura, que culminaram em uma série de descontentamentos entre os três segmentos de sua sociedade: a classe operária em desenvolvimento, os estudantes e os camponeses.

Esses três segmentos, organizados em ligas camponesas, constituíram-se, segundo Wolf (1984), nos elementos mais importantes que, na década de 1920, foram incorporados aos partidos de massa até então desconhecidos na China: o Kuo Min Tang (KMT), ou partido nacionalista, e o Kung Ch'an Tang, partido da “Patrulha da Produção” ou partido comunista. Buscando apoio externo contra as potências estrangeiras que ocupavam a China, o KMT aliou-se ao Partido Comunista da União Soviética (PCUS), o que resultou na sua transformação em uma organização partidária disciplinada, com o apoio das massas.

Entre as instituições criadas durante essa aliança (que, mais tarde, contou também com a adesão do PC chinês), a que mais se destacou foi o Instituto de Treinamento Agrícola (1924-1926), que tinha por objetivo treinar líderes rurais para organizar o campesinato nas mais diversas áreas do campo chinês<sup>41</sup>. Para conseguir

[...] as simpatias do campesinato, a estratégia comunista passou por diversas fases. Durante os primeiros meses da retirada para o interior falava-se

<sup>41</sup> Para facilitar a relação entre líder e camponeses, os líderes formados pelo instituto atuavam em suas regiões de origem.

muito e agia-se pouco em relação à reforma agrária radical, que iria confiscar toda a terra e a combinaria nas fazendas coletivas recentemente criadas. Esta fase inicial, no entanto, logo cedeu lugar a outra, de estratégia mais ponderada, que visava conquistar as simpatias dos camponeses médios e ricos para a causa revolucionária (Wolf, 1984, p. 185).

Os camponeses médios e ricos não tiveram suas terras confiscadas, com a condição de que nela trabalhassem pessoalmente – mesmo que empregando também trabalhadores agrícolas –, mas passaram a ser taxados com impostos progressivos sobre suas terras. O objetivo dessa medida era estimular uma maior equidade social e limitar a extração dos excedentes produzidos pelos camponeses pobres, feita por meio do endividamento.

Apesar dos passos dados desde a década de 1920, a reforma agrária na China ocorreu entre 1949 e 1953, tendo sido consolidada pela lei de reforma agrária de 1952 e realizada pelas associações e comitês camponeses (Pomar, 2009). Para efeitos de confisco e requisição de terras, gado de tração, aparelhos agrícolas, reservas de cereais e edifícios rurais, foram criados os conceitos de latifundiários, sublatifundiário, camponês rico e camponês médio acomodado, que variavam segundo as condições locais. Ao final do processo, foram distribuídos 46 milhões de hectares entre 300 milhões de lavradores. No que diz respeito à redistribuição de terras, a China inovou, distribuindo parcelas iguais de terra para os dois membros do casal.

A agricultura chinesa passou a ser dominada pela pequena economia camponesa, embora contando também com algumas fazendas estatais. A extinção dos encargos feudais e o direito à posse da terra fizeram a produção crescer mais de 60 milhões de toneladas em dois anos e elevaram a renda dos camponeses. Mas essas condições eram limitadas pela incapacidade da indústria em produzir equipamentos agrícolas, pela transferência de renda agrícola para a industrialização, e pela ação dos antigos camponeses ricos e latifundiários, que procuravam retomar a terra e colocar os camponeses pobres a seu serviço.

Dentre as diversas formas de luta de classes no campo chinês nessa ocasião, ganharam destaque os movimentos de ajuda mútua. As famílias ajudavam-se nos trabalhos que exigiam maior quantidade de trabalho, como aração, plantio, colheita e obras hidráulicas, trocando dias de trabalho e uso de ferramentas. Em 1953 cerca de 58% das famílias rurais haviam aderido a algum tipo de ajuda mútua.

Essa experiência estimulou as autoridades chinesas a transformar a ajuda mútua eventual em grupos organizados e depois em cooperativas de base ou de tipo inferior (Pomar, 2009, pp. 114-5).

Assim, para dar andamento ao processo de transformação do modo de propriedade dos meios de produção e das relações de produção no meio rural, foram

criados os **grupos de ajuda mútua**, as **cooperativas de base** ou de **tipo inferior**, as **cooperativas agrícolas de produção** e as **comunas populares rurais**.

De acordo com Martins (1981), os **grupos de ajuda mútua** eram grupos de dez a doze famílias que se reuniam de forma voluntária, visando obter vantagens recíprocas e trocas equitativas. Cada família continuava “proprietária de sua parcela de terra e demais meios de produção, bem como dos frutos colhidos na respectiva gleba” (Martins, 1981, p. 10). Esses grupos dividiam-se ainda em dois tipos, os de **primeiro grau** – sazonais – e os de **segundo grau**, ou grupos de cooperação – anuais. Pela coletivização do trabalho, a produção passava a se dar em larga escala, de forma intensiva e, não raro, mecanizada.

As **cooperativas de base** ou de **tipo inferior** eram grupos de ajuda mútua com um nível mais elevado de socialização. Nelas, as terras, animais, equipamentos e ferramentas eram mantidos como propriedade privada dos camponeses, mas as terras dos cooperados eram trabalhadas coletivamente, como se fossem uma unidade produtiva, o que permitia um melhor uso da força de trabalho e o uso de equipamentos de maior porte.

Em 1955 existiam 650 mil cooperativas de base, [que abarcavam] cerca de 14% das famílias rurais, enquanto o número de famílias organizadas em grupos de ajuda mútua caíra para 50% do total. Esse processo refletiu-se positivamente na produção agrícola, fazendo-a elevar-se para 185 milhões de toneladas.

Isso estimulou Mao Zedong a sugerir a aceleração do processo de organização em cooperativas. Ele se convenceu de que a cooperação ou socialização agrícola poderia ocorrer antes da industrialização da agricultura, através de estímulos ideológicos e políticos. A organização coletiva dos camponeses poderia superar as deficiências do trabalho manual predominante e alcançar níveis elevados de produção e produtividade.

Essa decisão política causou uma virada no campo chinês. Em 1956 organizaram-se em cooperativas 97,2% das famílias rurais, 87,8% delas nas novas cooperativas de tipo superior (Pomar, 2009, p. 115).

As **cooperativas agrícolas de produção** reuniam de 50 a cem famílias, de acordo com o local em que estavam instaladas. Nas cooperativas semissocialistas, a propriedade dos meios de produção era coletiva. O trabalho era realizado por meio de equipes de produção, de acordo com as necessidades da cooperativa. A distribuição da renda se fazia de acordo com os pontos obtidos por cada trabalhador no processo coletivo de trabalho, levando-se em conta a quantidade de terras e equipamentos que havia cedido à cooperativa, e seu trabalho efetivo, considerando-se as horas trabalhadas e a qualidade do trabalho realizado (Pomar, 2009). Os membros das cooperativas também possuíam outras fontes de renda. “Tinham direito a uma parcela de usufruto privado,

onde podiam cultivar o que bem entendessem, para autoconsumo ou para comercializar, vendendo ao Estado ou diretamente à população, através de ‘feiras livres’” (Martins, 1981, p. 11). Também lhes era permitido criar aves e animais de pequeno porte junto a suas casas, ou ainda dedicar-se ao artesanato, sendo a comercialização da produção feita igualmente por meio da venda ao Estado ou nas feiras livres.

As **comunas populares rurais** abarcaram, territorialmente, as cooperativas existentes no interior de cada unidade administrativa básica do antigo Estado chinês, o *xiang*, assumindo

[...] a administração de toda a produção econômica (agricultura, indústria, comércio e serviços), bem como a administração das obras públicas, da educação e cultura, da saúde e higiene, das finanças, da segurança pública, da justiça, de parte do poder militar (as milícias populares rurais), [...] tornando-se a nova unidade administrativa básica do Estado chinês (Martins, 1981, p. 12).

Para efeitos administrativos, a comuna dividia-se em **brigadas de produção** (uma cooperativa) e essas, por sua vez, em **equipes de trabalho** (uma antiga aldeia ou grupo de ajuda mútua). Os meios de produção mais complexos eram propriedade das comunas, e os mais simples, das brigadas de produção. A terra era propriedade coletiva dos membros da equipe de trabalho, que mantinham, individualmente, a propriedade privada de suas residências. A distribuição da renda era feita pela equipe de trabalho, uma ou duas vezes por ano, parte em dinheiro e parte em produto (cereais), segundo a máxima **“a cada um de acordo com seu trabalho”**.

Martins (1981) aponta como problemas para a implantação das comunas a abolição das parcelas de usufruto privado, que afetou a renda do camponês e o suprimento do mercado; a substituição da distribuição de cereais por cupons para a realização de refeições em refeitórios coletivos (sem a devida infraestrutura); e o estabelecimento de metas gigantescas de aumento da produção sem o devido incremento das forças produtivas. De acordo com Pomar (2009), com o fim da terceira Revolução Cultural (1975-76)<sup>42</sup>, era claro que a socialização por vias ideológicas e políticas não permitiria a elevação da produção e da produtividade. A população à época era já de um bilhão de habitantes e, sem equipamentos e maquinários suficientes, muitas comunas não conseguiam alcançar suas quotas de produção. A socialização do trabalho agrícola com técnicas manuais era, segundo o autor, “o igualitarismo na pobreza” (Pomar, 2009, p. 115).

<sup>42</sup> As outras duas datam de 1966-67 e 1972-73.

A partir do final da década de 1960, alguns reajustes foram implementados, de modo a adaptar as exigências às possibilidades reais. Entre eles, Martins (1981) aponta a determinação da área a ser cultivada por cada equipe de trabalho, de acordo com as condições locais; a flexibilização das quotas de produção agrícola para as equipes, levando em conta as condições naturais, o nível de vida dos camponeses, o número de famílias por equipe etc.; o restabelecimento das parcelas de usufruto privado<sup>43</sup>; o fim dos limites no cultivo de gêneros agrícolas e o incentivo à integração agricultura/indústria/comércio; a gestão independente das comunas, brigadas e equipes; e a elevação do preço pago pelo Estado aos produtos agrícolas.

#### 4.2 AS EXPERIÊNCIAS ANARQUISTAS DE SOCIALIZAÇÃO DA PRODUÇÃO

As experiências desenvolvidas no interior do movimento anarquista, ainda que empenhadas na transformação da sociedade, tinham o objetivo de provar a viabilidade das propostas que eram apresentadas e discutidas em sede teórica. É nessa perspectiva que devem ser entendidas a realização da experiência de produção comunitária realizada pela Colônia Cecília, em Palmeira (PR), e aquela de produção coletiva realizada pelos coletivos espanhóis durante a Guerra Civil, somente para citar dois exemplos entre os mais significativos<sup>44</sup>. Viviam-se, naquela época, sobretudo no período de realização da Colônia Cecília (1890 a 1894), um momento de urgência por mudanças e tentava-se colocar em prática, da forma mais radical possível, o princípio da liberdade, um dos pilares fundamentais do movimento anarquista. Foi com esse espírito que se passou à **práxis anarquista**.

Cecília marcou o coroamento de um percurso longo e difícil traçado por Giovanni Rossi, seu idealizador. Rossi começou a perseguir a realização do comunismo anarquista aos 20 anos de idade, ao escrever sua utopia *Un comune socialista*, em que descrevia a forma de organização e funcionamento de uma propriedade localizada em um povoado imaginário, situado em Li-

<sup>43</sup> De acordo com Pomar (2009), muitas comunas já vinham experimentando novas formas de trabalho, tendo por base o trabalho familiar, com o objetivo de elevar a produção. Assim, os camponeses “voltavam a ter o usufruto de suas antigas parcelas e a propriedade de seus meios de produção, comprometendo-se sob contrato, a pagar à equipe seus impostos, e a produzir pelo menos a cota a ser vendida ao Estado” (Pomar, 2009, p. 116).

<sup>44</sup> Mais exemplos de produção coletiva e comunitária podem ser encontrados em MARCOS, Valeria de. *Comunidade Sinsei: (u)topia e territorialidade*. 1996. 400 p. Dissertação (Mestrado em Geografia Humana) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1996 e MARCOS, Valeria de, 2004, *op. cit.*

vorno, na Itália, após a sua conversão ao comunismo anarquista. De lá até o fim da sua vida, perseguiu a realização de tal ideal, por meio de apelos para a realização de uma colônia socialista na Itália, por várias vezes lançados em jornais anarquistas, mas também pela difusão de ideias socialistas durante o tempo em que exerceu sua profissão de veterinário em Gavardo, no norte da Itália, bem como pela veiculação de suas ideias em defesa do experimentalismo no jornal por ele criado, *Lo Sperimentale*, e da realização da Associação dos Trabalhadores Agrícolas de Cittadella, também no norte da Itália, experiência que adquiriu um caráter de cooperativa que Rossi não conseguiu transformar, até chegar, finalmente, à realização da Colônia Cecília, no Estado brasileiro do Paraná.

Cecília pressupunha a aceitação do moto da produção comunitária: **“de cada um de acordo com as suas possibilidades e a cada um de acordo com as suas necessidades”**. O objetivo de Rossi era experimentar a vida em comunismo anarquista, sem leis, sem propriedade privada, e com livre acesso de todos aos frutos da produção, para provar se era ou não possível. Para sua realização, travou intensa polêmica com expoentes do movimento anarquista italiano, em especial com Malatesta. Convicto de que era preciso partir para a prática, e não havendo conseguido encontrar espaço para a realização dessa experiência em sua terra natal, Rossi decidiu partir para o Brasil com um grupo de italianos anarquistas, em fevereiro de 1890, para realizar a experiência da vida em comunismo anarquista.

O núcleo pioneiro era formado por cerca de 20 pessoas, mas a colônia, nos tempos áureos, contou com mais de cem integrantes, tendo inclusive prosperado economicamente. Todas as decisões relativas à sua condução eram tomadas em assembleia, em que todos tinham direito a voz e voto, independentemente de sexo, idade ou função desempenhada na comunidade.

As atividades eram realizadas comunitariamente e cada um decidia de qual atividade participar de acordo com as suas aptidões. A alimentação era garantida pela comunidade e as refeições eram preparadas por uma equipe de cozinheiras e realizadas coletivamente, no refeitório. O dinheiro arrecadado com a comercialização da produção e com os trabalhos realizados a terceiros era colocado em um caixa comum, ao qual todos tinham livre acesso para garantir a satisfação das necessidades individuais, depois que tivessem sido garantidas aquelas coletivas. A educação das crianças não foi esquecida, e também se realizou uma experiência de amor livre.

Como a liberdade era um dos pilares fundantes dessa experiência, não se pensou, em nenhum momento, na possibilidade de estabelecer regras ou critérios que impedissem o ingresso de todo aquele que dela decidisse participar. Assim, dirigiram-se à Cecília não apenas camponeses ou pessoas com alguma

forma de ligação com a terra, mas também pessoas que não possuíam nenhuma afinidade com a atividade agrícola. Além disso, nem todos aqueles que dela participaram eram movidos pelo desejo de provar a viabilidade da vida em comunismo anarquista, e houve os que não tivessem qualquer afinidade com as ideias e o projeto de Rossi ou do anarquismo. A aparição de um grupo de camponeses decidido a assumir a direção da colônia, controlar o trabalho dos demais e impor a retribuição do trabalho de acordo com a qualidade e a quantidade de trabalho realizado levou Cecília a uma crise que, por sua vez, desencadeou a organização da verdadeira comunidade anarquista, a qual vigorou até 1894, quando a experiência chegou ao fim.

Cecília, porém, passou por muitas dificuldades econômicas, e esse foi, talvez, o maior problema por ela vivenciado. Todo o dinheiro arrecadado servia para garantir apenas a alimentação da comunidade, pouco sobrando para qualquer outro tipo de uso. De acordo com Rossi, um dos fatores que levaram à desintegração da comunidade foi, portanto, a situação de miséria à qual seus integrantes foram constantemente submetidos. Mesmo assim, segundo o seu idealizador, Cecília alcançou o seu objetivo ao provar que a vida em comunismo anarquista era possível.

A experiência dos **coletivos**, durante a Guerra Civil Espanhola (1936-1939), foi uma outra tentativa de colocar em prática os princípios básicos do anarquismo com vistas à construção da sociedade libertária. Nas áreas conquistadas pelos anarquistas, o primeiro passo foi a realização da expropriação para, em seguida, estabelecer-se a propriedade comum das terras e dos instrumentos de produção e criarem-se os coletivos com base na estrutura das comunas autogeridas propostas por Bakunin e Kropotkin.

Realizava-se uma assembleia para decidir as atividades a serem iniciadas e aquelas às quais o coletivo passaria a dedicar-se. O trabalho era realizado coletivamente e os vários integrantes eram livres para escolher de qual atividade participariam. As atividades eram coordenadas por um **comitê técnico**, cujos membros eram eleitos em uma assembleia geral. As decisões mais importantes com relação à forma de funcionamento do coletivo eram tomadas em assembleia. Como forma de retribuição **pelo trabalho realizado**, a maior parte dos coletivos adotou o **salário familiar**, sistema no qual a cada membro da família era designada a sua parte, de acordo com a idade, sexo e, em alguns casos, com o trabalho realizado. Em alguns coletivos, a moeda oficial foi substituída por uma moeda local, enquanto em outros ela foi abolida, sendo substituída por um bônus. Aos produtos em abundância, era garantido o livre acesso, enquanto para aqueles escassos era praticado o racionamento.

Os vários coletivos eram federados entre si, fato que completava a proposta dos anarquistas que, desde Proudhon, defendiam a ideia da organi-

zação da sociedade libertária baseada em comunas autogeridas e federadas entre si<sup>45</sup>. Entre os coletivos federados, vigorava o princípio do **apoio mútuo**: os coletivos em dificuldades econômicas eram ajudados por aqueles mais prósperos e, em alguns casos, foram instituídas as Caixas de Compensação para resolver esses problemas. As trocas entre os coletivos de uma mesma região ou aquelas entre coletivos de regiões diferentes eram controladas pela Federação, e os úteis obtidos com a diferença de câmbio eram utilizados em favor dos coletivos em situações mais difíceis.

Apesar dos sucessos obtidos, os coletivos tiveram que enfrentar uma série de dificuldades. A mais importante foi a falta de fundos para que pudessem ser realizados investimentos em melhorias para a produção, como a aquisição de maquinários agrícolas, sementes etc., já que o governo de Madri negava toda solicitação de crédito que lhe era apresentada.

Os coletivos foram ainda deixados em total autonomia e independência, fato que teve efeitos desastrosos sobre a agricultura: sem coordenação e sem investimento, eles acabaram por escolher as culturas agrícolas com base na disponibilidade de recursos, o que normalmente não correspondia às necessidades do mercado. Além dessas dificuldades, os integrantes dos coletivos deviam enfrentar dificuldades internas: nem todos os camponeses eram anarquistas e menos ainda eram convictos da eficácia da coletivização. Ao contrário, muitos decidiram fazer parte dos coletivos por medo das represálias, e não esperavam outra coisa que o fim da guerra, com a vitória dos nacionalistas, para que tudo pudesse retornar a como era antes. Esse era outro fator importante: a insegurança sobre os destinos da guerra e o medo de que os coletivos fossem destruídos de um momento para outro impediam a realização de melhorias mais significativas, sempre que essas eram possíveis. Os golpes finais foram dados pelo governo, que os desestruturou. Com o fim da guerra e a vitória dos nacionalistas, terminou também a experiência dos coletivos espanhóis.

---

<sup>45</sup> Proudhon falava em associações livres de produtores federadas entre si como forma de organização da nova sociedade. A organização federativa deveria ser um órgão de coordenação entre as unidades locais, e não um órgão administrativo.